



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Faculdade de Ciências Humanas
Licenciatura em História

BÁRBARA RODRIGUES BERETTA

**LEVANTAMENTO HISTÓRICO-
ARQUEOLÓGICO SOBRE AS NECRÓPOLES DA
ANTIGA *BRACARA AUGUSTA***

CAMPO GRANDE/MS

2024



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Faculdade de Ciências Humanas
Licenciatura em História

BÁRBARA RODRIGUES BERETTA

**LEVANTAMENTO HISTÓRICO-
ARQUEOLÓGICO SOBRE AS NECRÓPOLES DA
ANTIGA *BRACARA AUGUSTA***

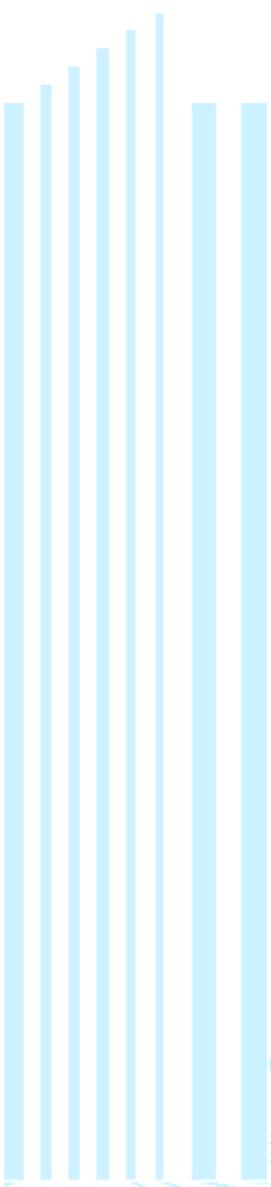
Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de Monografia, apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciado no Curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Professor Orientador: Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos UFMS/FACH

CAMPO GRANDE/MS

2024

BANCA



Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos -
Orientador

UFMS

Profa. Dra. Fernanda Eugenia Magalhães Puga -
Membro Titular

UMINHO- PT

Profa. Dra. Vivina Dias Sol Queiróz - Membro
Titular

UFMS

AGRADECIMENTOS

A jornada até aqui não teria sido possível sem o apoio e o amor da minha família, a quem dedico esta monografia.

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Professora Doutora Isabela Barbosa Rodrigues, minha eterna inspiração como mulher e educadora. Sem seu apoio incondicional, eu não teria chegado tão longe, e é sua trajetória que ilumina os caminhos que escolho seguir.

Agradeço também à minha avó, Mestra Carmen Ferreira Barbosa, minha amada companheira de casa durante esses últimos quatro longos anos. Sua paciência e compreensão me deram o espaço e a serenidade de que precisei para completar esta etapa.

Ao meu irmão, Davi Rodrigues Gaudie, que me ensina diariamente as nuances do ser atípico. Com você, aprendi a importância e a riqueza da educação especial na rede básica de ensino, e meu entendimento se expande com cada lição que você me proporciona.

Ao meu padrasto, Léo Gaudie Leite Filho (*in memoriam*), onde quer que esteja, espero que esteja orgulhoso.

Agradeço também aos demais membros da minha família, em especial à minha querida tia e madrinha, Tatiana Barbosa Rodrigues, que também embarcou nesta jornada acadêmica e em breve alcançará o título de mestra. Sua determinação me inspira.

Por último, mas não menos importante, expresso minha sincera gratidão aos meus colegas do ATRIVM, cuja parceria e apoio foram essenciais ao longo desta jornada acadêmica. Agradeço também ao meu professor e orientador, Carlos Eduardo da Costa Campos, pela orientação e incentivo que contribuíram de forma significativa para a realização deste trabalho.

A todos vocês, meu mais profundo agradecimento e reconhecimento.

*“O primeiro símbolo em que reconhecemos a
humanidade em seus vestígios é a sepultura.”*

(Jacques Lacan)

RESUMO

LEVANTAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO SOBRE AS NECRÓPOLES DA ANTIGA *BRACARA AUGUSTA*

A presente monografia tem como objetivo analisar a relevância da Arqueologia Urbana e Arqueologia Funerária na compreensão das dinâmicas sociais, culturais e políticas da Roma antiga, com ênfase na cidade de *Bracara Augusta* (atualmente Braga, Portugal), destacando o papel da urbanização no processo de romanização e as práticas funerárias enquanto reflexo das estruturas sociais e hierárquicas vigentes. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem bibliográfica e documental, envolvendo uma análise historiográfica e referenciando o “Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*”, uma iniciativa pioneira da Arqueologia portuguesa, que visa a preservação dos vestígios romanos e a investigação das estruturas da antiga cidade. O projeto busca equilibrar a proteção dos vestígios arqueológicos com a análise aprofundada da organização urbana, contribuindo para a compreensão das transformações culturais e sociais ao longo do tempo. O estudo decorre do Acordo de Cooperação nº 17/2022-UFMS, firmado entre a Universidade do Minho (UMinho) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o qual viabiliza a participação de alunos da UFMS nas escavações arqueológicas realizadas em Braga, promovendo um intercâmbio acadêmico que visa o desenvolvimento colaborativo de pesquisas e o aprofundamento do conhecimento sobre a ocupação romana na região.

Palavras-chave: Arqueologia Funerária; Arqueologia Urbana; enterramentos; estrutura social; História da Arqueologia portuguesa; necrópoles; organização espacial.

ABSTRACT

HISTORICAL-ARCHAEOLOGICAL SURVEY OF THE NECROPOLISES OF ANCIENT *BRACARA AUGUSTA*

The following monograph aims to analyze the relevance of Urban Archaeology and Funerary Archaeology in understanding the social, cultural, and political dynamics of Ancient Rome, with a focus on the city of *Bracara Augusta* (currently Braga, Portugal). It highlights the role of urbanization in the process of Romanization and funerary practices, while also reflecting prevailing social and hierarchical structures. The research is based on a bibliographic and documentary approach, involving historiographic analysis and referencing the “*Bracara Augusta* Salvage Project”, a pioneering archaeological initiative in Portugal that seeks to preserve Roman remains and investigate the structures of the ancient city. The project aims to balance the protection of damaged remains with an in-depth analysis of urban organization, contributing to the understanding of cultural and social transformations over time. The study arises from the Cooperation Agreement No. 17/2022-UFMS, signed between the University of Minho (UMinho) and the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), which enables UFMS students to participate in archaeological excavations conducted in Braga, promoting academic exchange focused on the collaborative development of research and the deepening of knowledge about the Roman occupation in the region.

Keywords: Funerary Archaeology; Urban Archaeology; burials; social structure; History of Portuguese Archaeology; necropolises; spatial organization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CENTROS URBANOS DA ANTIGUIDADE: UM BREVE ESTUDO ARQUEOLÓGICO SOBRE BRACARA AUGUSTA	14
1.1 Bracari, Bracara Augusta, Braga: mais de 2000 anos de História	14
1.2 Braga viva: o “Projeto de Salvamento de Bracara Augusta”	21
1.3 A cidade sobre a cidade: Arqueologia Urbana em Braga	26
2 ARQUEOLOGIA FUNERÁRIA: UM ESTUDO SOBRE AS NECRÓPOLES DE BRACARA AUGUSTA	32
2.1 Arqueologia Funerária: delimitação do campo	32
2.2 As necrópoles de Bracara Augusta: um desafio Histórico-Arqueológico	39
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

A presente monografia busca evidenciar a relevância da Arqueologia Urbana e da Arqueologia Funerária como ferramentas para a compreensão das dinâmicas culturais, sociais e políticas das sociedades, com foco na Roma antiga. Entende-se que, no contexto romano, as cidades não se restringiam ao exercício de funções administrativas e econômicas, mas desempenhavam um papel fundamental no processo de romanização e de integração cultural. A urbanização teve como objetivo não apenas o controle e a organização das províncias, mas também a facilitação da comunicação e a consolidação do poder imperial, evidenciados por meio da arquitetura e da infraestrutura.

A fundação de núcleos urbanos e a adaptação das elites indígenas ao sistema central instauraram uma dinâmica de reciprocidade entre Roma e suas províncias, na qual as elites, ao se integrarem ao sistema romano, conquistaram prestígio e estabilidade, enquanto Roma assegurava uma presença duradoura e um controle efetivo sobre os territórios submetidos. Dentre as cidades romanas que mantiveram continuidade até os dias atuais, destaca-se *Bracara Augusta*, atualmente conhecida como Braga. A *urbe*, cujas formas originais passaram a ser reconhecidas por meio da prática arqueológica, configura-se como um exemplo paradigmático do urbanismo romano em contextos periféricos. A continuidade da cidade até o presente reflete as profundas transformações culturais e funcionais ocorridas ao longo do tempo, evidenciando as dinâmicas de poder e os processos de ressignificação cultural que perduram até a atualidade.

A Arqueologia Urbana desempenha um papel crucial na compreensão e preservação das cidades históricas, estabelecendo uma conexão entre o passado e o presente e contribuindo para a valorização do patrimônio cultural. Essa disciplina permite a investigação abrangente e detalhada das cidades, revelando camadas históricas e culturais que são essenciais para entender a organização urbana, a economia e os processos de aculturação, especialmente no contexto das cidades romanas. Já a Arqueologia Funerária se configura como uma disciplina essencial para a análise das sociedades antigas, uma vez que os vestígios materiais e as inscrições funerárias constituem fontes históricas fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais do período.

O exame das necrópoles de *Bracara Augusta* oferece uma perspectiva aprofundada sobre as concepções da morte e do “pós-vida”, refletindo as diversas representações sociais e culturais da época. Nesse contexto, a análise das necrópoles da antiga *urbe* possibilita a identificação de aspectos essenciais das práticas funerárias e da organização espacial. O exame desses espaços sepulcrais, situados fora dos limites urbanos e ao longo das principais vias de

comunicação entre a *civitas* e outras regiões da Hispânia, fornece uma abordagem privilegiada sobre as relações dos indivíduos com a morte e as práticas de preservação da memória, contribuindo de forma significativa para os avanços na historiografia.

Dentro desse contexto, o “Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*” se destaca como uma iniciativa pioneira de Arqueologia em Portugal, surgindo como uma resposta à destruição de sítios arqueológicos nas décadas de 1960 e 1970. Coordenado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) desde 1976, o projeto busca equilibrar a proteção dos vestígios da cidade romana com o estudo aprofundado da organização urbana e da arquitetura antiga.

O presente estudo resulta do Acordo de Cooperação nº 17/2022-UFMS, estabelecido entre a Universidade do Minho (UMinho) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Este acordo possibilita que discentes da UFMS participem, em colaboração com alunos de graduação e mestrado da UMinho, das escavações arqueológicas realizadas anualmente na porção superior da Colina de Maximinos. As escavações de 2024, sob a coordenação da professora doutora Fernanda Eugénia Puga de Magalhães, visam dar continuidade ao projeto arqueológico dedicado à análise da organização e cronologia das estruturas da Braga romana, cuja ocupação se estende dos séculos I ao VII EC.

Figura 1: Discente Bárbara Rodrigues Beretta durante as escavações do Teatro Romano, localizado na Colina de Maximinos, em 2024.



Fonte: Arquivo pessoal.

A presente monografia se configura como uma pesquisa bibliográfica voltada à análise de materiais previamente publicados, como livros, artigos científicos e teses consolidadas na

literatura acadêmica. Além disso, caracteriza-se também como uma pesquisa documental, que, embora compartilhe semelhanças com a abordagem bibliográfica, se distingue por seu foco em fontes primárias, com o intuito de explorar dados originais. O processo de escrita se fundamenta em um debate historiográfico amplo, estabelecendo interlocuções entre autores nacionais e internacionais. Para tanto, referenciam-se diferentes pesquisadores, com destaque para autores portugueses e brasileiros, cujas obras proporcionam uma pluralidade de perspectivas que enriquecem a análise proposta.

A multiplicidade de crenças acerca da vida após a morte na Roma antiga é objeto de análise, evidenciando a relevância da memória dos mortos e a diversidade dos rituais funerários, que possibilitam, ainda, a observação das desigualdades nas práticas funerárias entre as distintas classes sociais, indicando a correlação entre os processos fúnebres e as estruturas hierárquicas da sociedade romana. Apesar das limitações na pesquisa sobre as práticas funerárias em Portugal, objetiva-se uma análise Histórico-Arqueológica das necrópoles da antiga *Bracara Augusta*, explorando a materialidade dos rituais funerários e os vestígios arqueológicos a eles associados na Antiguidade.

Os dados arqueológicos disponíveis permitem identificar seis necrópoles romanas localizadas na antiga *urbe*, fruto de escavações realizadas nas últimas décadas. No entanto, o conhecimento sobre esses espaços funerários é desigual, uma vez que apenas alguns núcleos foram escavados de forma abrangente. Essas necrópoles estão situadas tanto em eixos viários principais que conectam Braga a outras cidades da região quanto em vias secundárias. Apesar de identificadas, destaca-se que a nomenclatura atribuída a esses espaços sepulcrais apresenta variações conforme a interpretação dos pesquisadores. Essas variações evidenciam discrepâncias significativas nas análises, nos contextos históricos considerados e nas abordagens metodológicas empregadas nos estudos sobre os sepultamentos.

Diante do exposto, propõe-se uma análise Histórico-Arqueológica das necrópoles da antiga Braga, estruturada em dois capítulos. O primeiro capítulo, dividido em três subtópicos, examina o processo de conquista da região de *Bracara Augusta*, a dinâmica de aculturação das populações indígenas que habitavam o território, a implementação do “Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*” e apresenta uma breve introdução ao conceito de Arqueologia Urbana. O segundo capítulo, por sua vez, organizado em dois subtópicos, apresenta os fundamentos da Arqueologia Funerária e discute os desafios inerentes ao estudo das necrópoles *bracaraugustanas*. Além disso, explora as práticas funerárias e analisa a relevância dos espaços sepulcrais no contexto da Roma antiga.

Busca-se analisar a relação entre as práticas funerárias e as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e demográficas da sociedade romana na Antiguidade, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do papel desempenhado pelas necrópoles romanas. Tais espaços são entendidos não apenas como locais de sepultamento e evocação da memória dos mortos, mas também como ambientes de convivência e sociabilidade, geridos pelas comunidades romanas antigas. Ademais, investiga-se as transformações ocorridas nas práticas mortuárias ao longo da Antiguidade, com especial atenção ao contexto de *Bracara Augusta*, preenchendo uma lacuna na produção acadêmica nacional acerca dos rituais funerários e das práticas mortuárias nas províncias romanas. Por fim, almeja-se promover a disseminação do conhecimento histórico e arqueológico junto ao público não especializado, visando ampliar a conscientização sobre a relevância da preservação do patrimônio cultural e arqueológico.

1 CENTROS URBANOS DA ANTIGUIDADE: UM BREVE ESTUDO ARQUEOLÓGICO SOBRE *BRACARA AUGUSTA*

1.1 *Bracari, Bracara Augusta, Braga: mais de 2000 anos de História*

As cidades são definidas como áreas urbanas caracterizadas pela alta densidade populacional e por uma infraestrutura complexa, que abrange sistemas de transporte, habitação, comércio e serviços. Elas exercem um papel fundamental na organização de sociedades diversas, servindo como centros dinâmicos de atividades econômicas, culturais, políticas e sociais. De acordo com Carlos Eduardo da Costa Campos (2014, p. 80-89), no contexto da Antiguidade, as *ciuitates*¹ são amplamente reconhecidas pela comunidade acadêmica como espaços de significativa relevância, uma vez que desempenharam uma função essencial na disseminação da cultura latina.

Destacamos a cidade como um espaço fundamental onde a autoridade se manifesta e onde o ambiente urbano reflete a identidade e os valores humanos. Nesse contexto, as cidades configuram-se como locais de emanção do poder, uma vez que, ao longo da história, o planejamento urbano e as estruturas arquitetônicas foram frequentemente projetados para organizar e controlar a sociedade, reforçando as relações de poder e as formas de seu exercício. Todavia, Campos (2014, p. 80) observa que a cidade também é o espaço onde essa visão ordenada e homogênea se fragmenta. À medida que indivíduos de diversas origens, culturas e interesses se aglomeram, a diversidade contribui para a formação de uma complexidade social cada vez mais acentuada.

No âmbito da Roma antiga, a fundação e a monumentalização dos centros urbanos não apenas atendiam às exigências do sistema administrativo imperial, mas também refletiam a materialidade do poder central nas regiões conquistadas. Por meio da construção de monumentos, templos e edifícios administrativos, os emissários latinos organizavam e consolidavam seu domínio de forma compreensível para as populações locais. Para os romanos, a arquitetura e a escultura transcenderam a mera ornamentação; tais empreendimentos culturais desempenhavam a função de comunicar significados tanto para as gerações atuais quanto para as posteriores (Campos, 2014, p. 89-90).

Examinar esses locais nos permite perceber que os centros urbanos, para além das edificações e representações visuais, incorporam expressões culturais que conferem materialidade aos indivíduos que ocuparam tais espaços, além de ressignificarem a história de

¹ Segundo o Dicionário Latino-Português de Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (1927, p. 229), o termo *ciuitates* (plural de *civitas*) refere-se à cidade, à reunião de cidadãos, à nação e à forma de governo de uma nação.

seus atuais habitantes. Sob essa perspectiva, as autoras Fernanda Magalhães, Letícia Ruela e Lara Fernandes (2024, p. 216) afirmam que, de maneira geral, o estudo das cidades históricas faz parte do entendimento das transformações sociais, pois possibilita questionar o passado e a evolução das sociedades.

No Império Romano, a construção de cidades era uma das principais formas de promover a romanização², permitindo que os modelos romanos fossem transmitidos aos povos conquistados por meio do urbanismo e da arquitetura. Partilhando dessa premissa, Magalhães e Manuela Martins (2017, p. 197-200) afirmam que essas estruturas atendiam não só a necessidades públicas, mas também privadas, criando um contexto poderoso de socialização e aculturação, uma vez que o uso adequado dos espaços e edifícios implicava comportamentos específicos. Além disso, as cidades romanas eram projetadas com uma abordagem utilitária e prática, visando atender às necessidades de seus habitantes, o que se manifestava tanto na construção de edifícios e equipamentos públicos quanto na disposição das áreas residenciais.

Desde a década de 1970, a contribuição teórica e metodológica da Arqueologia Urbana europeia permitiu um aprimoramento significativo na compreensão das cidades da Antiguidade, especialmente daquelas pertencentes ao mundo romano ocidental. Ademais, o desenvolvimento dessa modalidade científica revolucionou substancialmente nosso entendimento sobre as cidades romanas provinciais, revelando uma realidade que transformou nossa visão do urbanismo e da arquitetura romana (Magalhães, 2013, p. 14).

A maioria das cidades escavadas desde o século XIX no campo da Arqueologia Romana Provincial eram aquelas que deixaram de existir durante a Antiguidade Tardia ou a Alta Idade Média. Em contrapartida, as cidades romanas que mantiveram continuidade até os dias atuais só começaram a ter suas formas urbanas reconhecidas por meio da prática arqueológica regular, que se tornou obrigatória apenas nas últimas décadas (Magalhães; Martins, 2017, p. 202).

Através de estudos arqueológicos, sabemos que os primeiros agrupamentos urbanos, como a Caldeia³ e a Babilônia⁴, surgiram no Oriente. No entanto, as atribuições jurídicas e

² Refere-se ao processo de difusão e assimilação da cultura romana pelos povos conquistados pelo Império Romano, especialmente durante a sua expansão imperial. Esse processo envolvia a adoção de diversos aspectos da cultura romana, como a língua (latim), o direito, a organização política, as instituições urbanas, a arquitetura, a religião e o estilo de vida romano em geral.

³ A Caldeia foi uma civilização antiga no sul da Mesopotâmia, correspondente ao atual sul do Iraque. Surgiu por volta do século IX AEC e teve grande influência no período neo-babilônico, especialmente sob o reinado de Nabucodonosor II. Conhecida por suas contribuições em astronomia e astrologia, a Caldeia foi conquistada pelos persas no século VI AEC.

⁴ A Babilônia foi uma antiga civilização situada na Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates, na região que hoje corresponde ao Iraque. Sua capital tornou-se um dos maiores centros culturais e econômicos do mundo antigo. Durante o reinado de Hamurábi (1792-1750 AEC), a cidade atingiu seu auge, sendo conhecida por seu famoso Código de Hamurábi.

culturais associadas às antigas cidades-estados⁵ foram inovações introduzidas pelo mundo grego e romano (Campos, 2014, p. 80). Embora os achados da Arqueologia Urbana tenham alterado nossa percepção do urbanismo antigo e ajudado a identificar como as comunidades do Império assimilaram as arquiteturas pública e privada, é importante destacar as significativas limitações enfrentadas nas pesquisas urbanas. A Arqueologia Urbana conseguiu “salvar” do anonimato, muitas vezes apenas por meio de registros, várias cidades romanas; no entanto, os resultados extraídos desses registros não têm sido totalmente otimizados, exigindo maior investimento em interpretação arqueológica (Magalhães; Martins, 2017, p. 202).

Como apontam Martins, Magalhães e Natália Botica (2018, p. 347), os dados históricos fornecidos pelas fontes textuais, organizados em uma vasta bibliografia, oferecem uma visão relativamente clara sobre o processo de conquista romana da Hispânia⁶. Supõe-se que a região sul da Galécia já estivesse sob controle romano desde a expedição de Décimo Júnio Bruto⁷, entre CXXXVIII e CXXXVI AEC, e a parte norte desde a expedição de Júlio César⁸, em LX AEC. Esse fato justificaria o foco nas campanhas militares na Cantábria, entre XXIX e XIX AEC.

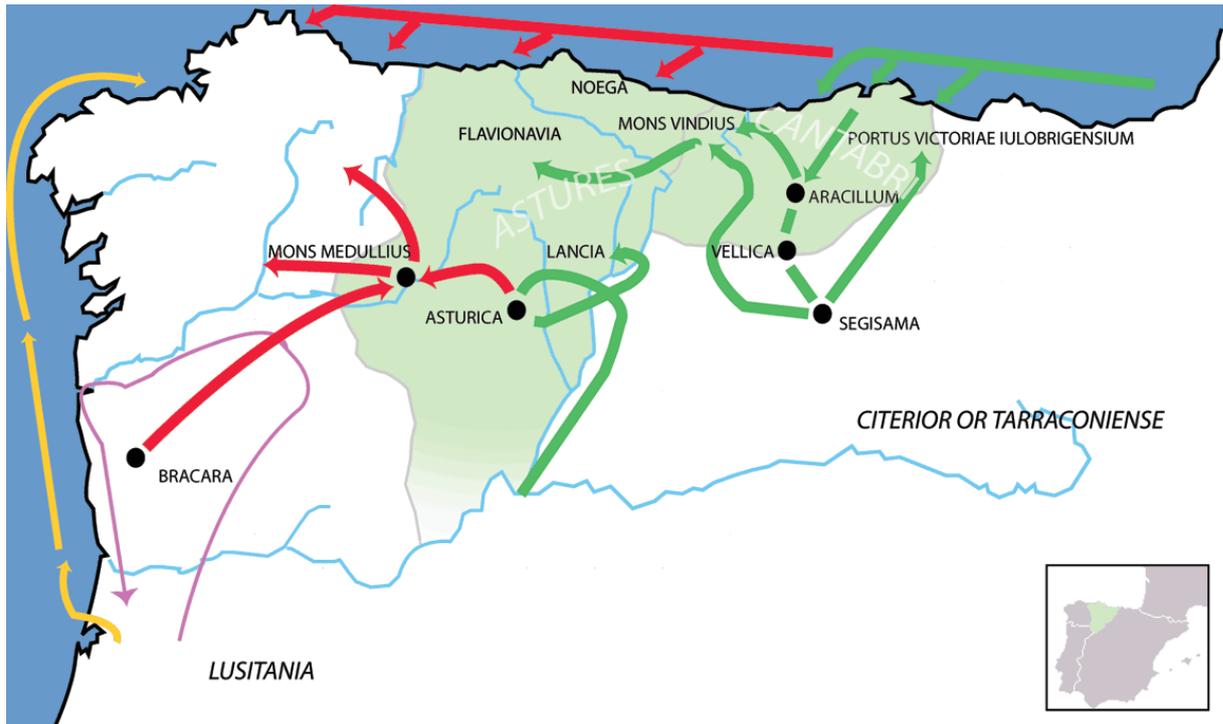
Figura 2: Campanhas romanas contra os cántabros e os astures.

⁵ Cidades-estados eram cidades soberanas e independentes que atuavam como o núcleo da vida política, econômica e cultural de seu território adjacente.

⁶ A Hispânia foi o nome dado pelos romanos à península Ibérica, que engloba as regiões atuais da Espanha e de Portugal.

⁷ Décimo Júnio Bruto Galaico, cônsul em 138 AEC, avô de Décimo Júnio Bruto, cônsul em 77 AEC, e bisavô de Décimo Júnio Bruto Albino, um dos assassinos de Júlio César.

⁸ Caio Júlio César (100-44 AEC) foi um general e estadista romano. Membro do Primeiro Triunvirato, César comandou os exércitos romanos nas Guerras Gálicas antes de derrotar seu rival político Pompeu em uma guerra civil e, posteriormente, tornou-se ditador em 49 AEC até seu assassinato. Ele desempenhou um papel crítico nos eventos que levaram ao fim da República Romana e à ascensão do Império Romano.



Legenda: 1 (verde): Campanha de XXVI AEC / 2 (vermelho): Campanha de XXV AEC / 3 (lilás): Campanha de Décimo Júnio Bruto de CXXXVII AEC / 4 (amarelo): Chegada de Júlio César

Fonte: *Totally History*, 2024⁹ (tradução nossa).

À medida que a administração romana se desenvolvia e as necessidades políticas e geográficas mudavam, o Imperador Otávio César Augusto, movido pelo interesse em uma administração mais eficiente, dividiu a região correspondente ao atual Noroeste (NO) da Península Ibérica em três províncias principais: Hispânia Tarraconense, Hispânia Lusitânia e Hispânia Bética. Martins e Helena Carvalho (2017, p. 726) ressaltam que, entre os três principais centros urbanos localizados no NO da Hispânia Tarraconense, *Bracara Augusta* se destaca por suas características distintas em relação às cidades vizinhas. Enquanto os vestígios arqueológicos encontrados em *Lucus Augusti* (atual Lugo) e *Asturica Augusta* (atual Astorga) revelam a presença de construções voltadas para fins militares, os dados *bracaraugustanos* indicam uma origem civil, característica que lhe confere especificidades em termos de povoamento e composição social.

A partir das investigações arqueológicas conduzidas na necrópole da Via XVII, bem como da análise de dados textuais e epigráficos obtidos ao longo das últimas décadas, é possível inferir que a ocupação de *Bracara Augusta* remonta ao final do século I AEC, período que

⁹ Disponível em: <https://totallyhistory.com/cantabrian-wars/>. Acesso em: 30 de outubro de 2024

coincide com o término das Guerras Cantábricas¹⁰ e a reorganização política da Hispânia em XXVII AEC (Magalhães; Martins, 2017, p. 205).

Figura 3: *Bracara Augusta* no contexto administrativo da Hispânia romana.



Fonte: Martins; Carvalho, 2017, p. 725.

Em virtude dos processos linguísticos, culturais e das influências históricas que moldaram a região ao longo dos séculos, a cidade passou a ser conhecida como Braga, denominação que permanece em uso até os dias atuais. Contudo, a antiga *urbe* é raramente mencionada nas fontes literárias clássicas, exceto por Plínio¹¹, que a descreve como *oppidum*¹² *peregrino*, e por Ausônio¹³, que a denomina de *dives*¹⁴ *Bracara* (Martins, 2004, p. 149). O dossiê epigráfico analisado indica que, durante sua fundação, a cidade estava situada em uma posição central entre os rios Lima, ao norte, e Ave, ao sul. Além disso, aponta para o protagonismo da população nativa durante a ocupação, construção e governança da nova cidade

¹⁰ As Guerras Cantábricas (29-19 AEC) foram uma série de campanhas militares travadas pelo Império Romano contra as tribos indígenas do norte da Hispânia, principalmente os *cántabros* e os *astures*. Essas guerras ocorreram durante o governo do imperador Augusto e representaram a última fase da conquista romana da Península Ibérica.

¹¹ Plínio, o Velho (23-79 EC), foi um naturalista, historiador e escritor romano, mais conhecido por sua obra “História Natural”.

¹² Segundo o Dicionário Latino-Português de Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (1927, p. 822), o termo *oppidum* refere-se à cidade fortificada, praça de armas, praça-fortaleza e castelo.

¹³ Décimo Magno Ausônio (310-395 EC) foi um poeta e orador romano.

¹⁴ Segundo o Dicionário Latino-Português de Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (1927, p. 388), o termo *dives* refere-se a “rico, abastado, opulento”.

(Martins; Magalhães, 2021, p. 414). Essa assimilação cultural foi favorecida pelo contato dos habitantes locais com a cultura romana desde o período republicano.

É pertinente destacar que a importância da *urbe* perdurou também nos primórdios da Idade Média, quando se tornou sede do Reino Suevo no século V EC, até o saque perpetrado pelos visigodos em 466 EC. Manuela Delgado, Martins e Francisco Sande Lemos (1989, p. 4) ressaltam que, nos séculos subsequentes, apesar das invasões árabes, a cidade transformou-se em um centro religioso, marcando o início da história do Arcebispado de Braga, cuja evolução se entrelaça com a da própria cidade. No entanto, apesar da preservação da estrutura urbana e regional da Braga medieval, pouco se sabia até recentemente sobre a antiga *civitas*.

Entre os séculos IX e XI EC, a cidade passou por uma retração significativa em seu centro urbano, resultando em uma grande perda de memória sobre a *urbe* e seus edifícios. Esse fenômeno levou à escassez de informações sobre a localização, função e importância de muitos edifícios romanos da antiga Braga (Delgado; Martins; Lemos, 1989, p. 4). Além disso, a prática medieval de reutilizar materiais de construção provenientes de antigos edifícios, cujas ruínas serviram de alicerce para as construções medievais, contribuiu ainda mais para a deterioração das evidências físicas da *civitas*.

Ressaltamos que a fundação de *Bracara Augusta* foi motivada principalmente pela necessidade urgente de integrar as comunidades nativas da região (Magalhães; Ruela; Fernandes, 2024, p. 220). Localizada em uma área já densamente povoada desde a Idade do Ferro¹⁵, Braga rapidamente se tornou um polo comercial de destaque, favorecida por uma rede de estradas que a conectava a outros centros urbanos romanos. Em consonância com a análise anterior, Martins, Magalhães e Botica (2018, p. 366-367) indicam que, por meio de evidências arqueológicas, sabemos que a cidade foi estrategicamente planejada para ser construída na área controlada pelo grupo étnico dos *Bracari*, o que reforça a importância de integrar as culturas locais à expansão romana. Isso sugere uma política romana de adaptação às dinâmicas culturais e econômicas locais, utilizando o comércio e a infraestrutura como ferramentas de integração e controle territorial.

Compreender as relações entre as elites provinciais e a capital romana revela uma dinâmica complexa, que vai além da simples dominação unilateral de Roma sobre as províncias. No caso da Hispânia Tarraconense, a escolha estratégica dos locais para a fundação de *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* revela uma clara intenção de Roma em estabelecer

¹⁵ A Idade do Ferro (1200-586 AEC) marca o momento em que o ferro se tornou o principal material para a fabricação de ferramentas e armas, substituindo o bronze em várias regiões. Esse desenvolvimento impulsionou mudanças substanciais nas sociedades antigas ao viabilizar a produção de utensílios mais duráveis e acessíveis, o que favoreceu tanto a expansão territorial quanto novas dinâmicas culturais.

novas centralidades políticas, rompendo com as lógicas de povoamento anteriores. Trata-se de uma estratégia deliberada para desarticular as redes de poder indígenas, atraindo moradores dos povoados pré-romanos, cujas elites provavelmente negociaram sua inclusão nos novos centros urbanos, conforme sugerem as evidências epigráficas.

No âmbito da antiga Braga, a cidade parece ter contado com um povoamento indígena significativo, que forneceu boa parte da mão de obra para as atividades construtivas e produtivas dos primeiros programas de urbanização (Martins; Magalhães; Botica, 2018, p. 366-367). Convergindo com essa análise, Campos (2014, p. 46) acrescenta que, em diversas regiões do Império, as elites locais estavam integradas ao sistema de poder romano, adaptando-se às suas diretrizes. Essa cooptação garantia-lhes proteção militar e segurança contra ataques externos. Em troca, essas elites recebiam privilégios, *status* e estabilidade econômica, consolidando seu prestígio local e contribuindo para a estabilidade do Império. Assim, a relação entre Roma e suas províncias era marcada por concessões e pela colaboração ativa das elites provinciais, e não apenas por imposição.

Por meio dos registros escritos, compreende-se que o processo de redescoberta de Braga teve início durante o Renascimento¹⁶, período caracterizado pela coleta sistemática de informações acerca da cidade. Destaca-se, nesse contexto, o papel fundamental desempenhado pelos antiquaristas¹⁷ dos séculos XVII e XVIII, responsáveis pela elaboração das primeiras sínteses históricas sobre as origens romanas da antiga *urbe* (Martins, 2004, p. 149). Alinhando-se a essas concepções, Delgado, Martins e Lemos (1989, p. 4-5) reiteram que o Arcebispo D. Diogo de Sousa¹⁸, ao promover o desenvolvimento urbano de Braga, compilou uma coleção de mais de uma dezena de marcos miliários¹⁹ romanos. No século XVII, D. Rodrigo da Cunha²⁰, em sua obra “História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga”, dedicou um capítulo à fundação romana da cidade e às ruínas dos edifícios daquela época. No século seguinte, D. Jerónimo

¹⁶ O Renascimento foi um movimento cultural que ocorreu entre os séculos XIV e XVII, começando na Itália e se espalhando pela Europa. Caracterizado pela redescoberta das artes e ciências da Antiguidade clássica, promoveu um humanismo que valorizava o indivíduo e a razão. Esse período trouxe inovações na literatura, na pintura e na arquitetura, com figuras como Leonardo da Vinci e Michelangelo, além de mudanças sociais e religiosas que contribuíram para a Reforma Protestante.

¹⁷ Prática de coletar e estudar objetos antigos sem uma contextualização crítica ou científica adequada, muitas vezes voltada apenas para o valor estético ou para a curiosidade dos artefatos.

¹⁸ D. Diogo de Sousa (1461-1532) foi arcebispo de Braga e um influente líder religioso em Portugal. Além de seu papel eclesiástico, também foi um significativo patrono das artes e da cultura.

¹⁹ Segundo José d'Encarnação (2013, p. 9), os miliários, monumentos epigráficos em forma de coluna, destinam-se a ser colocados à beira das estradas para marcar a distância em milhas. A inscrição contém normalmente o nome e os títulos do imperador sob cujo reinado a estrada foi rasgada ou reparada.

²⁰ D. Rodrigo da Cunha (1577-1643) serviu como bispo de Portalegre e do Porto, além de arcebispo de Braga e Lisboa.

Contador de Argote²¹, ao abordar a Antiguidade, lamentou a negligência de seus contemporâneos em relação aos vestígios e às estruturas monumentais da *civitas*.

Devido às escassas fontes literárias e aos poucos vestígios históricos descobertos até então, o processo de expansão de Braga, ocorrido entre os séculos XIX e XX EC, não contribuiu significativamente para os relatos dos eruditos bracarenses. Contudo, Martins (2004, p. 149) argumenta que, com a expansão urbana sobre os terrenos que abrigavam uma considerável parte da antiga cidade romana, as décadas de 1960 e 1970 marcaram o início do processo de investigação arqueológica, que coincidiu com a destruição progressiva das extensas áreas de *Bracara Augusta* preservadas nas grandes propriedades rurais ao redor da cidade.

1.2 Braga viva: o “Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*”

Segundo Martins (2014, p. 160), cerca de $\frac{3}{4}$ dos sítios arqueológicos de *Bracara Augusta* permaneceram relativamente inalterados até meados da década de 1950. No entanto, devido à introdução de um novo programa de revitalização urbana, a cidade testemunhou um processo devastador de destruição do subsolo arqueológico entre as décadas de 1960 e 1970. Conforme a síntese realizada pela equipe coordenadora do campo arqueológico da Universidade do Minho (UMinho) em 1977²², foi em 12 de abril de 1974 que J. J. Rigaud de Sousa, ex-Diretor Adjunto do Museu Arqueológico D. Diogo de Sousa²³ e um ativo promotor das atividades arqueológicas locais, propôs à Junta Nacional de Educação a criação de uma zona de proteção em Braga, que circundaria a área de interesse histórico e arqueológico, em especial a Colina de Maximinos²⁴, que abrangia quase metade da antiga cidade romana.

Sua iniciativa representou o começo de uma campanha de conscientização acerca da preservação dos vestígios romanos e, em 1976, iniciou-se o “Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*”, que viabilizou a redescoberta da Braga romana. No ano seguinte, a recém-criada Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) tornou-se responsável pela direção científica do projeto, que se mantém em atividade até o presente, contando com quase cinco décadas de existência (Martins, 2014, p. 160).

²¹ D. Jerónimo Contador de Argote (1676-1749) foi um clérigo e historiador, membro da Academia Real da História Portuguesa e autor de algumas obras pioneiras sobre a gramática portuguesa e a história da Igreja.

²² Francisco J. S. Alves, Francisco Sande Lemos, Henrique Barreto Nunes, Eduardo Pires de Oliveira.

²³ O Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, em Braga, foi fundado em 1918 como um museu de Arqueologia e arte geral. Devido a dificuldades, a instituição não funcionou regularmente até 1980, quando foi revitalizada como Museu Regional de Arqueologia e passou a ter funções específicas na proteção e preservação do patrimônio arqueológico da Região Norte de Portugal.

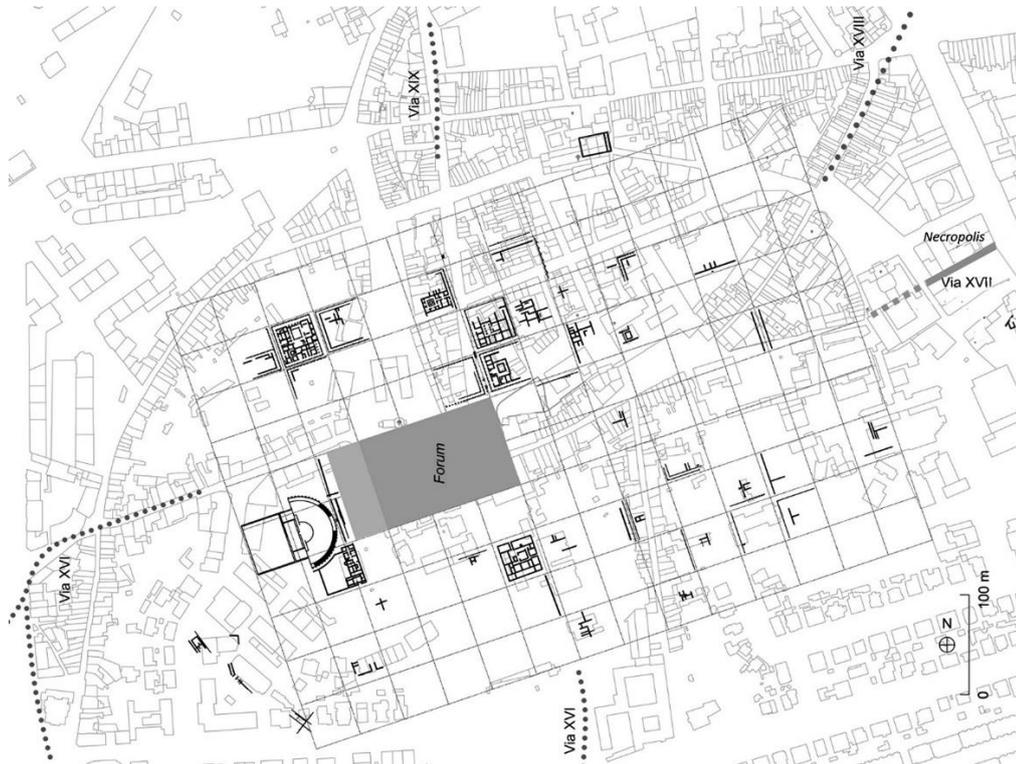
²⁴ Colina de Maximinos ou Colina do Alto da Cidade, que teria seu ponto mais alto (acrópole) no local onde foram construídas as termas e o teatro de *Bracara Augusta*.

Sendo o primeiro projeto de Arqueologia Urbana em Portugal, a iniciativa enfrentou desafios complexos de natureza jurídica, institucional e financeira, exigindo a implementação de diversas estratégias e ajustes no ritmo das intervenções arqueológicas na região. Inicialmente, o foco do projeto era o salvamento da área, o que envolvia a criação de legislação específica e um extenso trabalho arqueológico emergencial, além de prospecções geofísicas²⁵ para delimitar a área da antiga *Bracara Augusta*. Ao longo da década de 1980, o projeto começou a integrar uma componente de investigação mais robusta, especialmente no estudo do urbanismo e da arquitetura da cidade. No entanto, a necessidade constante de responder a emergências arqueológicas fez com que essa vertente científica fosse repetidamente relegada a segundo plano (Martins; Lemos, 1998, p. 119-120).

Sob a coordenação da UAUM, o projeto passou por revisões e ampliações periódicas de seus objetivos, destacando-se a restituição gradual da malha urbana original. A compreensão do modelo de organização da cidade romana sempre foi uma prioridade, tanto para assegurar a avaliação do subsolo e a realização de intervenções arqueológicas preventivas em Braga quanto para entender a evolução e a transformação da cidade romana até a Alta Idade Média (Martins; Magalhães; Botica, 2018, p. 346). Desde sua fundação, Braga possuía um traçado ortogonal que, embora tenha sofrido inevitáveis transformações ao longo do tempo, ainda permanece em alguns setores (Magalhães; Ruela; Fernandes, 2024, p. 215).

Mapa 1: Malha fundacional de *Bracara Augusta* restituída a partir dos vestígios arqueológicos.

²⁵ Técnicas utilizadas para investigar a estrutura e a composição do subsolo sem a necessidade de escavação. Na arqueologia, as prospecções geofísicas auxiliam na investigação de locais de interesse sem a necessidade de escavações extensivas.



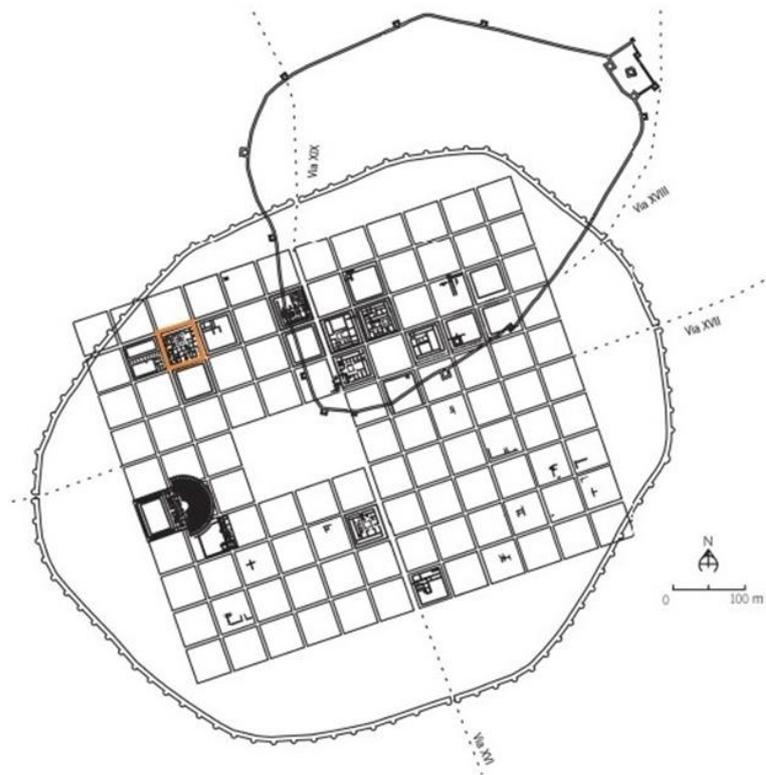
Fonte: Martins; Magalhães, 2021, p. 416.

O desenho ortogonal, com ruas que se cruzam em ângulos retos, é um modelo comum em cidades planejadas. Esse estilo se espalhou durante o Império Romano, contribuindo para a organização das cidades. A ideia de criar novas *urbes* com esse tipo de malha começou nas colônias gregas, especialmente na Jônia, no século VI AEC. Um dos principais responsáveis por essa abordagem foi Hipódamo de Mileto²⁶, que acreditava que a cidade deveria ser um todo integrado, com seus elementos organizados de forma racional. O plano hipodâmico foi adotado em várias cidades fundadas por gregos a partir do século IV AEC, influenciando também as cidades etruscas e romanas (Magalhães; Ruela; Fernandes, 2024, p. 218-219).

Jorge Manuel Pinto Ribeiro (2015, p. 21) ressalta que, ao examinarmos a produção científica desenvolvida após quase cinco décadas de escavações conduzidas na zona urbana da cidade, percebemos que ela foi planejada de maneira a atender preocupações tanto práticas quanto religiosas. Sua malha urbana, circundada por uma típica muralha romana, era composta por ruas pavimentadas, equipamentos públicos, habitações e pelo fórum, situado na planície mais alta da cidade.

²⁶ Hipódamo de Mileto (c. 480-408 AEC) foi um filósofo e urbanista da Grécia antiga, considerado “o pai do planejamento urbano europeu” e que deu nome ao “plano hipodâmico” (plano em grade) de disposição das cidades.

Mapa 2: Quarteirão das Carvalheiras inserido na malha urbana de *Bracara Augusta* (muralha baixo imperial e muralha fernandina).



Fonte: Magalhães, 2019, p. 53.

Embora as características construtivas da primeira fase de ocupação dos quarteirões ainda sejam desconhecidas, a partir de meados do século I AEC, eles começam a ser ocupados por *domus*, edificações onde residiam as elites da sociedade (Magalhães; Martins, 2017, p. 205). Em Braga, a área designada como “Zona Arqueológica das Carvalheiras”, construída na época Flávia²⁷ e escavada de forma gradual entre 1983 e 2002, representa uma importante *domus* que ocupa a totalidade de um quarteirão da antiga cidade (Magalhães, 2019, p. 52). A construção configura o único exemplar de habitação com *atrium*²⁸ e *peristylum*²⁹ conhecido até o momento e, por ser a única casa totalmente escavada, oferece um importante referencial para a adaptação do modelo de casa itálica às especificidades topográficas e culturais de *Bracara Augusta* (Magalhães; Martins, 2017, p. 206).

²⁷ Refere-se ao período em que a dinastia Flávia governou o Império Romano, de 69 a 96 EC. Os imperadores da dinastia incluem Vespasiano (69-79 EC), Tito Flávio (79-81 EC) e Domiciano (81-96 EC).

²⁸ Segundo o Dicionário Latino-Português de Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (1927, p. 121), o termo *atrium* refere-se ao átrio, sala de entrada, ou segundo vestíbulo.

²⁹ Segundo o Dicionário Latino-Português de Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (1927, p. 874), o termo *peristylum* refere-se a um edifício rodeado de colunas.

O sítio das Carvalheiras conta com evidências arqueológicas de grande relevância, que não apenas possibilitaram a reconstrução quase completa da planta de uma *domus* Flávia em *Bracara Augusta*, mas também permitiram, pela primeira vez, identificar as dimensões de um lote residencial da cidade. Essa descoberta, juntamente com outros elementos, possibilitou a primeira proposta de restituição da malha urbana fundacional de *Bracara Augusta*. Possivelmente, o fato das Carvalheiras estar situada fora da cidade medieval e nunca ter sido edificadas após seu abandono contribuiu para a razoável preservação do conjunto, que foi posteriormente revelado pelas escavações. Ainda assim, o terreno não escapou dos intensos saques que ocorreram em diferentes períodos, desde o século VII EC até a Idade Moderna (Magalhães, 2019, p. 54).

Figura 4: Sítio arqueológico das Carvalheiras.



Fonte: Câmara Municipal de Braga, 2019³⁰.

Apesar dos avanços alcançados por meio das intervenções arqueológicas, ainda permanecem numerosas lacunas em nosso conhecimento sobre vários aspectos históricos da cidade. Destacam-se entre elas as incertezas em relação à cronologia de sua fundação e à escassez de evidências sobre os primeiros anos de *Bracara Augusta*, especialmente durante a

³⁰ Disponível em: <https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-9701>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

primeira metade do século I AEC. Para Martins (2004, p. 150), essas questões levantam numerosos desafios na caracterização do núcleo urbano inicial. Os vestígios de edifícios públicos são bastante escassos, sendo particularmente notável que o fórum da cidade, cujas fontes iconográficas do século XVI apontam sua localização para os arredores da atual capela de São Sebastião, não tenha sido escavado.

Apesar de sua cronologia indeterminada, há consenso entre os estudiosos de que a decisão imperial de estabelecer os três centros urbanos no NO peninsular possivelmente ocorreu entre XVI e XV AEC, durante a visita de Augusto à Hispânia. Essa hipótese é sustentada por Patrick Le Roux (1994, p. 229-241) e, segundo Martins (2004, p. 151), corroborada por outros acadêmicos. Contudo, não foram encontradas inscrições epigráficas em Braga que validem essa data específica. Pelo contrário, a evidência epigráfica honorífica, datada dos primeiros anos da cidade, indica uma cronologia ligeiramente posterior. Entretanto, é possível estabelecer as origens do nome da *urbe* ao longo do tempo: “*Bracara*” deriva da palavra “*Bracari*”, um grupo étnico que controlava a região desde o período pré-romano, e “*Augusta*” refere-se ao Imperador César Augusto, patrono da *civitas*.

Após quase cinco décadas de existência, o “Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*” reserva características distintas que o tornam único em relação a outros projetos de Arqueologia Urbana na Europa. Ao longo de sua trajetória, contou com uma direção científica contínua, vinculada a uma universidade, o que assegurou que as intervenções arqueológicas em Braga não fossem vistas apenas como uma resposta às ameaças do crescimento urbano.

Essa abordagem contrasta com a tendência observada em outros projetos urbanos, que muitas vezes se concentram exclusivamente no resgate de áreas ameaçadas. Além disso, foi justamente essa abordagem integrada que evitou que as ruínas da *urbe* fossem sacrificadas em prol do desenvolvimento urbano, como ocorreu em muitas outras cidades históricas. Martins e Lemos (1998, p. 119-120) ressaltam que esse equilíbrio permitiu a organização cuidadosa dos registros arqueológicos, facilitando o acesso a eles para futuras pesquisas. Graças a essa direção científica coerente, de natureza híbrida, que combina salvamento e estudo, o “Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*” conseguiu preservar sua integridade ao longo dos anos.

1.3 A cidade sobre a cidade: Arqueologia Urbana em Braga

Conforme Martins e Maria do Carmo Ribeiro (2009/2010, p. 149-150), o estudo e o conhecimento das cidades são elementos essenciais para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, especialmente diante do crescimento exponencial dos centros urbanos. Essa realidade torna imprescindível uma reflexão sobre o passado e a evolução atual das cidades,

além de uma compreensão aprofundada dos fatores dinâmicos que podem garantir sua continuidade futura de forma harmoniosa. Atualmente, é amplamente reconhecido que a Arqueologia desempenha um papel crucial nesse processo, uma vez que as escavações ajudam a conectar o passado e o presente das cidades, contribuindo para a criação de novos cenários urbanos, onde a história se torna um elemento que integra as populações, revitaliza os espaços e impulsiona a atividade econômica.

O conhecimento sobre o modo de vida romano está intimamente ligado ao estudo das cidades, enriquecido pelas importantes contribuições da Arqueologia Urbana, que têm renovado o entendimento do universo urbano provincial. Nesse contexto, é crucial destacar o desenvolvimento dos estudos sobre a arquitetura romana, que têm proporcionado novos dados tanto sobre a organização urbanística das cidades romanas quanto sobre sua economia e os processos de aculturação que ocorreram nas diversas regiões do Império. Ademais, o enfoque dos estudos tem mudado, afastando-se da análise tipológica³¹ das habitações, antes predominante, para se concentrar nos processos construtivos, no uso social dos espaços, nos custos de construção e no perfil socioeconômico dos proprietários. Assim, é possível observar um avanço significativo na investigação desde que as casas de Pompéia e Herculano, cidades soterradas pelo Vesúvio, começaram a atrair a atenção de antiquários, interessados principalmente pelas pinturas e objetos ornamentais mencionados nas fontes escritas (Magalhães, 2019, p. 3).

Em sua dissertação de mestrado, Carlos Dantas Giestal (1998, p. 11) ressalta que, a partir década de 1950, a rápida expansão urbana combinada à necessidade urgente de gerenciar áreas de importância arqueológica e de estudar e preservar os artefatos desenterrados deu origem ao campo emergente da Arqueologia Urbana. Essa modalidade, que acompanhou o desenvolvimento geral da Arqueologia como disciplina científica, experimentou um crescimento significativo após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, Martins e Ribeiro (2009/2010, p. 150) ressaltam que a Europa demorou a reconhecer a importância da Arqueologia na recuperação do potencial informativo de suas cidades históricas, sendo apenas na década de 1960 que ocorreram as primeiras intervenções arqueológicas significativas, dando origem à Arqueologia Urbana como um campo autônomo, que ganhou cada vez mais atenção por parte da comunidade científica. Nesse contexto, é importante destacar o protagonismo inglês no estabelecimento das bases teóricas e do modelo de gestão da Arqueologia Urbana,

³¹ Método de estudo que visa classificar e compreender as formas arquitetônicas das casas e residências, com base em suas características estruturais, funcionais e espaciais.

além da introdução de novos métodos de escavação, registro e representação da complexa sedimentação dos solos urbanos.

Embora haja alguma controvérsia na aplicação do conceito, podemos considerar a existência da Arqueologia Urbana quando as intervenções realizadas nas cidades são guiadas por um projeto de estudo definido. Dois fatores fundamentais para a autonomização dessa modalidade científica incluem o aumento das escavações em cidades históricas europeias após 1945, impulsionado por políticas de renovação urbana e estudos de monumentos históricos, e uma nova abordagem que ampliou o conceito de monumento para abarcar conjuntos urbanos inteiros, conforme estabelecido pela Carta de Veneza³². A cidade passou a ser percebida como um sítio único, com múltiplas camadas, cuja escavação possibilitava resolver questões históricas. Isso implicava que cada cidade fosse tratada como objeto de um projeto de pesquisa robusto, com metas claras que permitissem avaliar e valorizar suas particularidades evolutivas. A Arqueologia Urbana, então, deixou de ser apenas Arqueologia na cidade para se tornar Arqueologia da cidade, visando seu entendimento como um fato histórico, tanto em termos temporais quanto espaciais e materiais (Martins; Ribeiro, 2009/2010, p. 150).

A prática das intervenções arqueológicas em espaços urbanos revela uma quantidade significativa de informações que abrangem desde as camadas sedimentares até as estruturas culturais. Portanto, ao investigar uma cidade histórica, torna-se imperativo adotar estratégias renovadas, métodos avançados e técnicas aprimoradas de estudo. No entanto, é raro encontrar sequências arqueológicas intactas em Braga, pois os sedimentos foram frequentemente perturbados, especialmente nas proximidades dos muros, que eram alvo de saques frequentes.

As valas de saque e as perturbações nas camadas de derrube são facilmente identificáveis no registro arqueológico, variando em grau conforme a proximidade dos espaços saqueados. Ressaltamos que as infraestruturas instaladas na Colina de Maximinos nos anos 1970, principalmente para saneamento, representaram perturbações significativas na sequência cronológica e sedimentar do sítio. Em alguns casos, como nas termas, essas intervenções romperam completamente os sedimentos até a rocha, comprometendo as relações entre os muros e os estratos³³ (Giestal, 1998, p. 19-22).

³² A Carta de Veneza, elaborada em 1964 durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), é um documento importante no campo da preservação do patrimônio arquitetônico. Ela estabelece diretrizes para a conservação e restauração de edifícios históricos, promovendo a preservação da integridade e autenticidade dos patrimônios culturais.

³³ Camadas de rochas ou sedimentos que se formam ao longo do tempo na crosta terrestre. Cada estrato representa um período específico de deposição, e suas características podem variar em composição, cor, textura e espessura.

Figura 5: Banqueta situada próxima às termas de *Bracara Augusta*, que permite observar a sequência das unidades estratigráficas, desde a rocha até as perturbações causadas pela instalação das estruturas dos anos 1970.



Fonte: Arquivo pessoal.

Diante da ampla área potencialmente ameaçada por novas construções, a maioria das intervenções arqueológicas em Braga continua caracterizada por ações de salvamento. Além destas, destacam-se também intervenções de observação, sem escavações, realizadas geralmente em áreas periféricas onde não se identificam vestígios visíveis. Por outro lado, há as escavações programadas que, embora não diferindo na metodologia de intervenção, têm o objetivo específico de resolver questões de pesquisa, como o estudo de edifícios específicos nas áreas mencionadas anteriormente ou a confirmação de vestígios presumidos por meio da análise dos dados disponíveis. Esses diferentes tipos de intervenção (observações, salvamentos e escavações programadas) refletem a natureza mista e específica do projeto em Braga, exigindo uma coordenação eficaz e a integração de diversos tipos de registros para uma execução e interpretação adequadas (Giestal, 1998, p. 19-22).

Magalhães (2019, p. 265) evidencia que, apesar de a Arqueologia Urbana ter demonstrado uma notável capacidade de abrir novos horizontes de investigação e revelar uma realidade científica surpreendente, como a descoberta de dezenas de cidades romanas praticamente desconhecidas pelas fontes escritas, esse ainda é um campo arqueológico que enfrenta diversos desafios, os quais devem ser identificados. Alguns desses desafios estão

claramente relacionados às severas restrições que limitam as atividades arqueológicas em áreas residenciais das cidades. A natureza esporádica das intervenções preventivas, somada ao fato de que os dados obtidos são frequentemente fragmentados, demanda uma compreensão dentro de um contexto mais amplo. Esse contexto resulta da constante acumulação de dados, que são continuamente descobertos e interpretados em um processo interminável que nunca será completamente resolvido.

O maior desafio da Arqueologia Urbana está, portanto, relacionado à quantidade e à qualidade dos dados disponíveis sobre as cidades investigadas, de modo que o conhecimento se expande à medida que novas informações são obtidas. A progressão do conhecimento, assim, não é meramente aritmética, mas sim geométrica. Nesse sentido, é crucial entender que o avanço no entendimento da arquitetura romana está diretamente ligado à compreensão do urbanismo dessas áreas (Magalhães, 2019, p. 265).

Apesar do lançamento do “Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*”, a década de 1980 foi marcada pela falta de uma legislação eficaz para proteger o subsolo de Braga. Isso fez com que a cidade permanecesse sob constante ameaça devido à expansão urbana, uma vez que o plano de urbanização de 1976, que visava proteger as áreas da antiga cidade romana, não foi implementado conforme o previsto. Como resultado, a equipe do projeto realizava operações de salvamento sempre que surgiam novas construções, exceto em áreas protegidas, como a Colina de Maximinos, classificada como monumento nacional; o quarteirão das Carvalheiras, classificado como imóvel de interesse público; e o trecho da muralha romana Quinta do Fujacal³⁴, também classificado como imóvel de interesse público (Giestal, 1998, p. 16-18).

A ação passou por evoluções ao longo do tempo, ajustando seus objetivos e estratégias em resposta às exigências da intervenção arqueológica urbana. Isso inclui a gestão complexa de grandes volumes de dados provenientes de escavações sucessivas e intervenções programadas, cujos registros nem sempre são tratados e estudados imediatamente após a escavação. Ademais, nas últimas décadas, o projeto enfrentou diversas dificuldades legais e materiais, ilustrando os desafios únicos da Arqueologia Urbana, que, devido à sua natureza centrada na cidade, interage profundamente com a vida comunitária e tem consequências políticas, sociais, econômicas e culturais significativas (Giestal, 1998, p. 16-17).

A extensão das áreas de escavação e a riqueza dos dados disponíveis impõem a necessidade de novos sistemas de registro, documentação e tratamento de informações, essenciais para a análise abrangente e detalhada do contexto urbano. A interpretação desses

³⁴ Parte das ruínas da muralha romana foi descoberta na Quinta do Fujacal durante as escavações realizadas em 1982.

dados requer não apenas habilidades técnicas especializadas, mas também um esforço contínuo de contextualização e análise dos registros arqueológicos. Nesse sentido, a Arqueologia Urbana, devido à sua escala e complexidade, desafia os arqueólogos a repensarem seus fundamentos conceituais e práticos, além de exigir uma abordagem rigorosa e sistemática nas práticas de escavação e análise.

2 ARQUEOLOGIA FUNERÁRIA: UM ESTUDO SOBRE AS NECRÓPOLES DE BRACARA AUGUSTA

2.1 Arqueologia Funerária: delimitação do campo

Todos os dados arqueológicos representam manifestações de pensamentos e intenções humanas, e seu valor reside exclusivamente nessa perspectiva. Conforme Gordon Childe (1987, p. 9), tais dados são, por si só, documentos históricos e não meras sustentações de textos escritos. Portanto, a Arqueologia deve ser reconhecida como uma forma de fazer ciência, e não apenas como uma disciplina auxiliar da História.

Assim como qualquer historiador, o arqueólogo estuda e busca reconstituir o processo que deu origem ao mundo em que vivemos, incluindo a nós mesmos, que somos produtos de nosso tempo e de nosso contexto social. Em sua publicação póstuma, Marc Bloch (2001, p. 55) foi pioneiro ao afirmar que o historiador não poderia negligenciar a dimensão temporal de seu objeto de estudo. Dessa forma, propôs que a História fosse concebida como a ciência “dos homens, no tempo”, enfatizando a importância crucial da temporalidade na disciplina. Diante do exposto, podemos afirmar que os dados arqueológicos englobam todas as modificações no mundo material resultantes da ação humana; em outras palavras, são vestígios materiais da conduta humana ao longo do tempo.

Childe (1987, p. 12) argumenta que os dados arqueológicos mais comuns são aqueles frequentemente chamados de artefatos, que são objetos feitos ou desfeitos por uma ação humana deliberada. Geralmente referidos no ambiente acadêmico como cultura material, os artefatos incluem utensílios, armamentos, ornamentos, vasos, templos, muralhas, fossos e aquedutos. Os objetos móveis, que podem ser recolhidos, estudados em laboratório e, porventura, expostos em museus, costumam ser designados como *restos*³⁵. Outros objetos, que são demasiado pesados e volumosos para receberem o mesmo tratamento, ou que estão inteiramente ligados à terra, como o Mausoléu de Halicarnasso, no Ocidente, e o Mausoléu de Qin Shihuang³⁶, no Oriente, são chamados de *monumentos*³⁷.

Figura 6: Resto (Estátua removida do Mausoléu de Halicarnasso, atualmente em posse do Museu Britânico).

³⁵ Designação utilizada por Gordon Childe (1892-1957), arqueólogo australiano e ex-diretor do Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres.

³⁶ O complexo funerário do primeiro imperador da China, Qin Shi Huang, foi designado Patrimônio Mundial da UNESCO em 1987 e é amplamente reconhecido por abrigar o Exército de Terracota, uma impressionante coleção de mais de 8.000 soldados de cerâmica que foram enterrados nas proximidades do mausoléu do imperador, um montículo funerário com formato piramidal.

³⁷ Designação utilizada por Gordon Childe (1892-1957), arqueólogo australiano e ex-diretor do Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres.



Fonte: *The British Museum*, 2024³⁸.

Figura 7: Monumento (Ruínas do Mausoléu de Halicarnasso, uma das sete maravilhas do mundo antigo, localizado em Bodrum, Turquia).



Fonte: *World History Encyclopedia*, 2015³⁹.

Para que a cultura material tenha um significado compreensível para um arqueólogo, é necessário que ela esteja inserida em um contexto específico. O arqueólogo é capaz de classificar ruínas e atribuir-lhes valor histórico, pois elas não estão vazias nem isoladas. Essas ruínas contêm, mesmo que de forma fragmentada, vestígios deixados por seus construtores e

³⁸ Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1857-1220-247. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

³⁹ Disponível em: <https://www.worldhistory.org/image/3848/the-ruins-of-the-mausoleum-at-halicarnassus/>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

ocupantes. Em geral, em qualquer sítio arqueológico, as diversas ruínas estão organizadas, com maior ou menor rigor, segundo um padrão comum, permitindo que sejam consideradas parte de um conjunto de vestígios semelhantes (Childe, 1987, p. 12).

Ao restringirmos nossa análise à cultura material presente em contextos fúnebres, focamos na Arqueologia Funerária. Conforme Adriana Ramazzina (2011, p. 81-82), esse campo científico desenvolveu teorias e metodologias próprias para o estudo dos vestígios materiais associados aos processos de disposição dos mortos em determinadas sociedades. Esses vestígios precisam ser examinados não apenas com base em critérios e métodos arqueológicos gerais, mas também com métodos específicos voltados para esse tipo de contexto, que é o enterramento. O enterramento é um tipo específico de achado arqueológico, pois oferece dados sobre a contemporaneidade dos artefatos encontrados em associação, sendo considerado um “achado fechado”. Sepulturas que foram utilizadas apenas uma vez, em especial, funcionam como um registro instantâneo de um momento específico, e a associação de artefatos nesses contextos pode auxiliar na atribuição cronológica desses elementos.

De acordo com José Carlos Rodrigues (1983, p. 11-26), uma das características antropológicas singulares é o interesse pelo que está morto ou em vias de morrer, sendo a consciência da morte uma marca da humanidade. Sob tal perspectiva, a forma como entendemos e interpretamos a morte está ligada a um conjunto de significados que varia conforme o contexto cultural e social. Isso implica que as mesmas ações ou rituais funerários podem carregar significados distintos em diferentes culturas. Pedro Vieira da Silva Peixoto (2018, p. 233) converge com essa perspectiva ao afirmar que a relação do ser humano com a morte constitui um problema comum a todas as sociedades ao longo da história da humanidade.

Independentemente da doutrina, seja ela individual ou coletiva, a morte é um fenômeno inevitável e universal. Por outro lado, a forma como abordamos a morte e tratamos os mortos revela muito sobre nossa condição humana, frequentemente mais do que conseguimos perceber. Nesse processo, encontramos um vasto campo de investigação interdisciplinar, que abrange simultaneamente diversos aspectos fundamentais da vida social, incluindo crenças, construção de diferenças e identidades, memórias, atributos de gênero, vínculos de afinidade entre indivíduos, bem como relações econômicas e de poder social. Assim, é plausível afirmar que as práticas mortuárias, manifestadas por meio do ato funerário, podem ser compreendidas como fenômenos de significativa relevância para o estudo histórico de uma determinada população (Peixoto, 2018, p. 233-235).

Ao analisar a relevância dos rituais funerários e suas funções sociais e culturais em relação à morte, Rodrigues (1983, p. 50-62) destaca que os ritos desempenham diversas funções

essenciais, especialmente no que diz respeito às transformações que a morte provoca tanto no indivíduo quanto na sociedade. Embora haja uma diversidade de práticas funerárias em diferentes culturas e períodos, observam-se semelhanças significativas entre elas ao longo da história. Uma dessas semelhanças é a tendência de que, em quase todas as culturas, a morte seja compreendida não apenas como um acontecimento individual, mas como um fenômeno que gera um impacto coletivo, exigindo a implementação de práticas que auxiliem na gestão da ausência do falecido.

Nesse sentido, surge a necessidade de reagir à presença do corpo que cessou suas funções biológicas. Uma das abordagens para lidar com o cadáver é o ocultamento, que se refere às práticas de inumação. O ocultamento pode abranger diversas técnicas, como sepulturas, caixões, urnas e outros recipientes, que variam conforme o contexto cultural e histórico. Além de despertar tristeza, o corpo morto é frequentemente percebido como perigoso ou repugnante, o que justifica a necessidade de rituais que o preparem para a “vida póstuma”. Tais rituais não apenas reverenciam a memória do falecido ou buscam atenuar o desconforto e o medo associados à morte, mas também costumam ter a função de exilar o cadáver das áreas urbanizadas (Rodrigues, 1983, p. 50-62).

Diante do exposto, a análise da cultura material encontrada em espaços funerários possibilita o estudo de diversos aspectos das sociedades antigas, incluindo suas dimensões simbólicas, que frequentemente são difíceis de explorar por meio de outros tipos de evidências. Embora a relação entre cultura material e produção escrita tenha sido revista pela História nas últimas décadas e não constitua mais um tabu no século XXI, ainda são poucos os historiadores interessados na materialidade dos rituais funerários e nos vestígios arqueológicos deles resultantes. Nesse sentido, Peixoto (2018, p. 235) sugere que a Arqueologia Funerária pode contribuir significativamente para o trabalho do historiador na investigação das práticas mortuárias do passado, fornecendo as ferramentas necessárias para promover uma análise crítica e superar visões históricas simplistas e unilaterais.

Em linhas gerais, a Arqueologia possui múltiplas origens e diversas áreas de especialização. Pedro Paulo Abreu Funari (2003, p. 23-24) ressalta que, na Europa, seu surgimento está relacionado à Filologia e à História, com um foco inicial no estudo dos vestígios materiais da civilização ocidental. A primeira vertente a se consolidar, e, de certo modo, a mais prestigiada, foi a Arqueologia Clássica, no início do século XIX, dedicada ao estudo das civilizações grega e romana da Antiguidade. Inicialmente, a disciplina emergiu como uma ramificação dos cursos de estudos clássicos, que se concentravam nas línguas e literaturas grega e latina, mas também englobavam áreas como história antiga, história da arte antiga, epigrafia

e numismática. Atualmente, o interesse pela complexidade do estudo das sociedades humanas ao longo do tempo, aliado aos avanços tecnológicos, tem propiciado o surgimento de áreas como Arqueologia Pré-histórica, Urbana, Subaquática, Digital e Funerária. Esta última, em particular, é o foco da monografia que apresentamos.

Ao tratarmos da Arqueologia Funerária, é indispensável mencionar Howard Carter (1874-1939), considerado, sob nossa perspectiva, um dos principais responsáveis pela popularização do interesse global pelos espaços funerários antigos. Em 1922, o arqueólogo descobriu a tumba intacta de Tutancâmon, um faraó de pouca relevância política, mas cujo espaço mortuário apresentava uma impressionante preservação de sua riqueza. Apesar das críticas pertinentes ao fascínio e à obsessão cultural pelos tesouros do Antigo Egito, que não serão abordadas neste trabalho, Carter tornou-se uma personalidade de fama mundial. Ao lado de Heinrich Schliemann (1822-1890), outro arqueólogo aventureiro do século XIX, Carter inspirou Hollywood na criação do icônico personagem Indiana Jones. No entanto, Funari (2003, p. 10-11) observa que ambos os arqueólogos seguiram uma tradição de profissionais eruditos, mas sem demonstrar preocupação com a vida acadêmica.

De acordo com Carlos Eduardo da Costa Campos (2023, p. 147-150), o desenvolvimento do saber arqueológico começou a se definir entre os séculos XVII e XVIII, com a atuação dos antiquários. A maior parte das escavações realizadas no período era motivada pelo colecionismo e por uma lógica de caça ao tesouro, prática que permanece fortemente associada ao ofício arqueológico no imaginário popular contemporâneo. Isso é especialmente evidente no caso da Arqueologia Funerária, em que tumbas e mausoléus continuam a ser vistos, pelo senso comum, como fontes de tesouros antigos. No entanto, foi a partir do início do século XIX que as escavações passaram a incluir um registro mais cuidadoso dos vestígios encontrados, o desenho das estruturas ao redor e uma maior preocupação com o processo de descarte dos materiais.

Ainda assim, destacamos que a figura do arqueólogo aventureiro e depredador começou a ser repensada somente nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade do século XX. Dessa forma, as primeiras pesquisas sobre vestígios funerários foram conduzidas de maneira destrutiva, tanto em relação à preservação dos dados quanto à conservação dos sítios arqueológicos. Na maioria dos casos, esse procedimento baseava-se em uma perspectiva de saque que atendia, por um lado, a um mercado de Antiguidades cada vez mais consolidado e, por outro, às noções de erudição, nobreza e refinamento associadas às camadas mais abastadas da época (Peixoto, 2018, p. 233-237). Não obstante, é importante ressaltar que, embora a Arqueologia moderna, especialmente aquela que se concentra em vestígios funerários, tenha

como princípio a preservação dos artefatos, o que demanda o desenvolvimento e a aplicação de metodologias de análise, instrumentos adequados e técnicas de registro não destrutivas, a prática arqueológica ainda resulta em algum grau de impacto sobre os objetos escavados.

Entre os vestígios revelados pelas escavações arqueológicas voltadas para desvendar o mundo antigo, a cultura material que mais resistiu à passagem do tempo e à ação humana foi aquela composta por artefatos produzidos em materiais de maior durabilidade. No âmbito da Arqueologia Funerária, as epígrafes⁴⁰ em lápides constituem uma das principais fontes de estudo para a compreensão dos processos de perpetuação da memória dos indivíduos sepultados. Conforme José d'Encarnação (2013, p. 8), a epigrafia é a ciência dedicada ao estudo das inscrições em materiais duradouros, como pedra, metal e cerâmica.

Filipe Noé da Silva (2022, p. 126) observa que o interesse científico pelas epígrafes, que abrangem diversos aspectos, incluindo a religião e o culto aos mortos, consolidou-se em meados do século XIX com a elaboração do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL). Este projeto, iniciado em 1847 por uma comissão em Berlim, teve como objetivo organizar uma publicação abrangente que reunisse o maior número possível de inscrições latinas em sua forma original, compreendendo todas as áreas do mundo romano. A produção do CIL exigiu um esforço coletivo substancial, incluindo a inspeção de pedras preservadas com inscrições e uma extensa revisão da literatura clássica, além de novas referências e publicações relacionadas ao tema (Campos, 2023, p. 152-153).

Em relação à produção das inscrições mortuárias, o lapicida⁴¹ e o ordinator⁴² eram responsáveis pela distribuição e gravação dos textos em estelas, monumentos funerários de espessura reduzida, geralmente mais altos do que largos, projetados para serem enterrados verticalmente. Silva (2022, p. 126) indica que as inscrições funerárias representam aproximadamente 90% da documentação epigráfica catalogada pelo CIL referente à cidade de Roma, e proporções semelhantes podem ser observadas em contextos provinciais. Tais inscrições, frequentemente compostas por siglas⁴³ e abreviaturas⁴⁴, buscavam representar o indivíduo sepultado e eternizar sua singularidade perante o coletivo humano e as divindades.

Consideramos que o desafio enfrentado pelos epigrafistas, especialistas na análise de inscrições antigas, consiste em transcender a mera decifração dos textos, empenhando-se na sua

⁴⁰ Conforme José d'Encarnação (2013, p. 8), o termo “epígrafe” é sinônimo de “inscrição”.

⁴¹ Conforme José d'Encarnação (2013, p. 9), o termo “lapicida” é atribuído àquele que corta a pedra e a designa ao “ordinador”.

⁴² Conforme José d'Encarnação (2013, p. 9), o termo ordinator refere-se àquele que grava o texto em materiais de maior durabilidade.

⁴³ Forma de escrever uma palavra apenas pela sua letra inicial.

⁴⁴ Distingue-se da “abreviatura”, constituída por mais de uma letra.

integração histórica e na contextualização aprofundada. Por meio dos dados coletados pelo CIL, Silva (2022, p. 218-219) seguiu essa premissa ao examinar uma das inscrições funerárias descobertas na Hispânia Bética⁴⁵, datada entre 131 e 170 EC. O estudo proporcionou uma compreensão das características da epigrafia funerária latina e, devido às informações biográficas presentes no epitáfio, permitiu inferir sobre a trajetória pessoal e profissional de um homem anteriormente escravizado.

Figura 8: Inscrição em estela funerária (CIL II²/7, 00301⁴⁶).



Fonte: Silva, 2022, p. 126.

*P(ublius) Publicius / provinc(iae) / Baetic(ae) lib(ertus) / Fortunatus / marmorarius
sig/nuarius verna ur/ bicus ann(orum) LXXV / p(ius) i(n) s(uis) / [h(ic) s(itus)] e(st) s(it) t(ibi)
t(erra) l(evis).*

“Aqui jaz Públio Públicio Fortunato, liberto da província da Bética. Marmorista escultor. Escravo da cidade de Roma. Setenta e cinco anos. Leal aos seus. Que a terra lhe seja leve”
(Tradução Filipe Noé da Silva).

Dado o exposto, consideramos que as documentações funerárias provenientes de locais de sepultamento constituem uma categoria abrangente de vestígios arqueológicos de grande relevância, incluindo não apenas estelas, mas também uma variedade de registros materiais. No

⁴⁵ Próximo a atual região de Córdoba.

⁴⁶ Referência da base de dados do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL).

contexto da Antiguidade romana, as necrópoles configuram-se como fontes essenciais para o estudo dessa sociedade, especialmente por razões de ordem quantitativa e qualitativa.

Em primeiro lugar, essas áreas funerárias oferecem uma abundância de evidências preservadas, superando aquelas encontradas em assentamentos, cuja documentação é frequentemente mais escassa e fragmentada. Em segundo lugar, as necrópoles são compostas por túmulos que, individualmente, apresentam um caráter completo e representativo. Assim, Ramazzina (2011, p. 81-82) ressalta que a análise das necrópoles enquanto contextos estruturados permite a investigação de elementos econômicos, políticos e sociais da Antiguidade que outros tipos de evidências raramente oferecem de maneira tão abrangente.

2.2 As necrópoles de *Bracara Augusta*: um desafio Histórico-Arqueológico

Em um tempo caracterizado pelo imediatismo e pela relativização das relações, em que a vida é mediada por algoritmos e as interações humanas se tornam cada vez mais polarizadas e entrelaçadas nas mídias sociais, tudo está sujeito à crítica, à polêmica e à “viralização”. No entanto, Peixoto (2018, p. 233-234) ressalta que um fenômeno permanece universal e atemporal: a morte. Na contemporaneidade, é possível distinguir entre a morte biológica e a morte social, o que nos permite reconhecer que o ato de morrer e suas projeções são sempre ações imersas em uma historicidade. A análise das diferentes atitudes e mentalidades em relação à morte ao longo da história ocidental é um tema de destaque na produção historiográfica. Os principais e mais notáveis estudos sobre o assunto apresentam propostas e resultados semelhantes, evidenciando como é possível identificar cronologicamente as distintas relações com a morte em diversos períodos históricos.

Como discutido anteriormente, as características específicas dos locais de enterramento podem servir como um ponto de partida para identificar tradições e mudanças em diversas dimensões sociais. Ao abordarmos esses espaços como dispositivos de práticas funerárias, autores como Àrife Amaral Melo (2019, p. 52-59) identificam dois modelos de necrópoles: os cemitérios “tradicionais”, amplamente disseminados e abertos à visitação, caracterizados por uma diversidade de elementos estéticos tumulares⁴⁷, e os chamados “cemitérios de novo tipo”, que englobam os cemitérios-parque e os cemitérios verticais, apresentando particularidades distintas em relação aos convencionais. Embora essa concepção de necrópole não corresponda às definições antigas, as inscrições funerárias contemporâneas, popularmente conhecidas como epitáfios, remetem à cultura latina e cumprem funções similares às epígrafes

⁴⁷ Mausoléus, túmulos, gavetas.

reproduzidas nas estelas, ao expressarem, de forma pessoal, os valores associados à morte. Assim, tanto nos cemitérios “tradicionais” quanto nos “cemitérios de novo tipo”, as inscrições costumam referenciar não apenas os dados do falecido, mas também exaltar sua trajetória de vida e, principalmente, expressar a dor da perda sentida pelos familiares, revelando uma clara intenção de manifestar o luto.

Figura 9: Cemitério Vertical de Curitiba.



Fonte: XV Curitiba, 2021⁴⁸.

Figura 10: Cemitério Memorial Parque das Cerejeiras.



Fonte: Revista HAUS, 2018⁴⁹.

⁴⁸ Disponível em: <https://xvcuritiba.com.br/finados-tera-teatro-infantil-musica-e-yoga-no-maior-cemiterio-de-curitiba/>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

⁴⁹ Disponível em: <https://revistahaus.com.br/haus/arquitetura/memorial-parque-inaugura-arquitetura-para-momentos-de-luto/>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

Em relação à coexistência entre vivos e mortos no contexto da Antiguidade, Philippe Ariès (2012, p. 40-41) analisa um aspecto que, embora amplamente ignorado nas tradições desse período, se torna particularmente estranho para nós a partir do final do século XVIII. Embora as civilizações antigas demonstrassem certa familiaridade com a morte, mantinham os cadáveres a uma distância segura, temendo sua proximidade. No mundo romano, era imperativo que o local designado para o enterro e homenagem aos mortos estivesse situado fora dos limites urbanos, pois a legislação explicitava que “nenhum sepultamento ou cremação poderia ocorrer dentro da cidade” (A Lei das XII Tábuas⁵⁰, 1961, p. 173-174, tradução Silvío A.B. Meira). Quanto ao processo de cremação, que envolvia a incineração de corpos por meio da ação do fogo e o uso de grandes quantidades de materiais inflamáveis, que poderiam comprometer a segurança das edificações urbanas, diversas áreas do Império Romano possuíam regulamentações que estipulavam a distância mínima entre as piras funerárias e a cidade.

Figura 11: Estruturas funerárias associadas ao ritual de cremação (UAUM).



Fonte: Braga, 2015, p. 131.

A preocupação relativa à disposição dos mortos manteve-se em evidência até o Baixo Império, período caracterizado por intensas transformações políticas, sociais e econômicas, como a divisão do Império em porções ocidental e oriental e a adoção do cristianismo como

⁵⁰ A Lei das Doze Tábuas (em latim *Lex XII tabularum*) foi um dos primeiros conjuntos de leis escritas da Roma antiga, elaborada para atender à demanda dos plebeus por transparência nas leis, que até então eram conhecidas e aplicadas apenas pelos patrícios. As Tábuas abordavam normas de convivência, direitos de propriedade, responsabilidades familiares e jurídicas, e definiam punições para diversos crimes, servindo como base para o direito romano posterior.

religião oficial. A dinastia Teodosiana, por meio do Código Teodosiano⁵¹, um documento abrangente que reunia diversos estatutos referentes à sociedade romana imperial, reafirmou elementos da Lei das Doze Tábuas, destacando a importância de preservar a integridade dos espaços habitacionais e de manter distância dos locais destinados ao sepultamento (Ariès, 2012, p. 41).

Diante do exposto, Cristina Vilas Boas Braga (2015, p. 124-125) reitera que, em qualquer parte do Império Romano, os rituais e as práticas funerárias destinados a impedir o retorno dos mortos e a evitar que perturbassem os vivos eram realizados nas necrópoles, locais de celebração e evocação da memória do falecido. Situados nas periferias das cidades, esses espaços de permanente mutação e reconstrução também eram locais de convivência e sociabilidade, geridos e organizados pelas comunidades romanas antigas.

A justificativa para a localização das necrópoles nos arredores de *urbes* como *Bracara Augusta* é complexa, embora todas as razões estejam intimamente interligadas. Um dos principais fatores envolve considerações sanitárias, visando preservar a *sanctitas*⁵² das residências dos cidadãos e a integridade do espaço urbano. Outra condição que pode fundamentar a prática de separação entre os vivos, nas cidades, e os mortos, nas necrópoles, é a percepção da morte como uma possível fonte de contaminação, imbuída de um caráter impuro que, por sua vez, gerava desconforto. A morte era vista como algo sujo, e esse incômodo contrariava a visão de vida dos romanos, que valorizavam a tranquilidade dos indivíduos e a ausência de perturbações. Contudo, Braga (2015, p. 125-126) ainda ressalta que a preocupação com a salubridade poderia prevalecer sobre a razão cultural associada à demarcação do *pomoerium*⁵³, que delimitava um espaço sagrado onde era proibido guerrear e realizar enterros, além de ser necessário prestar homenagens aos deuses que protegiam a cidade e seus habitantes. Dessa forma, era essencial estabelecer um espaço específico para os *manes*⁵⁴ e afastar a presença da morte para um local onde esta seria lembrada em momentos adequados.

Valerie Hope (2007, p. 211) observa que a questão das crenças dos habitantes do mundo romano em relação ao que ocorre após a morte não possui uma resposta simples ou concisa. As crenças romanas eram diversas, variando desde a concepção de que a morte representava um

⁵¹ Documento compilado sob o comando do imperador Teodósio II (408-450 EC).

⁵² Segundo o Dicionário Latino-Português de Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (1927, p. 1060), o termo *sanctitas* refere-se à santidade, caráter sagrado e inviolabilidade.

⁵³ Segundo o Dicionário Latino-Português de Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (1927, p. 914), o termo *pomoerium* refere-se aos espaços desocupados dentro e fora dos muros de Roma, onde não era permitido edificar nem cultivar, limitados por marcos de pedra.

⁵⁴ Segundo o Dicionário Latino-Português de Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (1927, p. 1060), o termo *manes* refere-se à alma de um defunto.

término absoluto até uma visão bem estruturada de um mundo separado para os mortos. Apesar de termos alguma compreensão dessas visões, persiste a dificuldade em avaliar quantas pessoas aderiram a cada crença específica, como essas crenças se desenvolveram e mudaram ao longo do tempo e até que ponto variavam de acordo com a região geográfica.

Figura 12: Extensão do Império Romano em 117 EC.



Fonte: *Reddit*, 2021⁵⁵.

Mais do que em qualquer outro aspecto relacionado à morte na Roma antiga, enfrentamos o desafio de reduzir o abismo entre as discussões das elites e as crenças efetivas da população em geral. Os pensadores filosóficos proeminentes debatiam se a alma humana sobreviveria à morte e, em caso afirmativo, qual seria seu destino. Em sua carta filosófica de número 91.21, Sêneca⁵⁶ escreve que “em nossa estima a morte também tem mau cheiro. [...] No entanto [...] ela é útil para muitos, libertando-os de torturas, doenças, sofrimentos e

55

Disponível em: https://www.reddit.com/r/geographygeek/comments/uixy3r/map_i_made_of_the_roman_empire_at_its_peak/. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

⁵⁶ Lucius Annaeus Sêneca foi um filósofo, estadista e dramaturgo romano, importante representante do estoicismo durante o Império Romano. Ele escreveu sobre temas como ética, virtude e a busca pela serenidade em meio às adversidades, que são centrais à filosofia estóica.

cansaço.” (Sêneca, 2017, p. 215-216, tradução Alexandre Pires Vieira). Em “Discussões Tuscultas”, Cícero⁵⁷ reflete: “de que modo ou por que, portanto, afirmas que a morte te parece um mal? Ela nos tornará felizes, caso os espíritos sobrevivam, ou não míseros, sem a faculdade de sentir” (Cícero, 2014, p. 43, tradução Bruno Fregni Bassetto). Tais debates intelectuais revelam pouco sobre as crenças da maioria da população; no entanto, ressaltamos que a epigrafia oferece um espectro mais amplo das visões, opiniões e esperanças manifestadas pelos indivíduos, embora possam ser estilizadas e limitadas pelas convenções sociais.

Figura 13: Estelas provenientes das necrópoles romanas de *Bracara Augusta*.



Fonte: Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, 2024⁵⁸.

É evidente a ausência de consenso entre os diversos grupos romanos, refletida na falta de uma visão amplamente aceita ou contestada sobre o que ocorria após a morte. Esse fenômeno permanecia um grande mistério e, ao contrário do cristianismo, a religião “pagã” não fornecia respostas definitivas ou promessas, resultando em uma diversidade de opiniões sobre a vida após a morte, a alma, os espíritos e os deuses. Essa pluralidade de crenças evidenciava a complexidade do enfrentamento da morte no mundo romano. No entanto, os vivos mantinham sentimentos intensos em relação aos mortos, que continuavam a existir em suas memórias. Isso sugere que, mesmo os mais céticos poderiam nutrir uma esperança vaga de continuidade e, possivelmente, de um reencontro futuro com os falecidos (Hope, 2007, p. 211).

⁵⁷ Cícero (106 AEC-43 AEC) foi um importante orador, político e filósofo romano da República. Além de suas atividades políticas, Cícero escreveu extensivamente sobre filosofia, introduzindo conceitos de escolas filosóficas gregas ao público romano. Suas obras abordam temas como ética, justiça e a natureza do Estado, sendo *De Republica* e *De Legibus* algumas de suas principais contribuições.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.museuddiogodesousa.gov.pt/epoca-romana/bracara-augusta-vias-morte-e-religiao/2-o-mundo-dos-mortos/>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

Enfatizamos que, embora nem todos compartilhassem as mesmas crenças, era necessário tratar os mortos com respeito e realizar um sepultamento apropriado. Diante do exposto, as necrópoles, concebidas como espaços onde os mortos deveriam descansar em segurança, serviam como locais nos quais os vivos manifestavam sua gratidão àqueles que os precederam, mesmo que não tivessem certeza de onde, se em algum lugar, estes poderiam estar.

Acrescentando aos apontamentos de Hope, José Remesal Rodríguez (2002, p. 369-370) argumenta que, na mentalidade romana, o direito funerário transcendia o direito civil, sendo considerado um direito sagrado. A necrópole, por sua vez, era categorizada como um *locus religiosus*, um local sagrado associado à inviolabilidade e à eternidade. Assim, a vontade do falecido era reconhecida como uma *lex sacra*⁵⁹, que, embora constituísse uma *lex privata*⁶⁰, carecia de validade no âmbito do direito civil, posicionando-se, entretanto, em um plano superior a este. Dessa forma, um testamento também adquiria essa prerrogativa de sacralidade. Ademais, é importante ressaltar que o sagrado não poderia ser apropriado pelo ser humano, estando sua regulamentação subordinada ao direito pontifício. Portanto, independentemente de abrigar o cadáver de um cidadão romano ou de um escravo, as necrópoles eram tidas como espaços invioláveis, fato que as convertia em locais privilegiados.

Além do desafio de reduzir o abismo entre as discussões das elites romanas e as crenças da população em geral acerca da morte, enfrentamos um obstáculo adicional. Os rituais funerários documentados refletem predominantemente as práticas das famílias abastadas, evidenciando a escassez de conhecimentos sobre os setores sociais mais empobrecidos (Braga, 2015, p. 126). No entanto, embora as fontes intelectuais ofereçam escassa informação sobre a conduta cerimonial da maioria da população, considera-se que os mesmos elementos fundamentais eram replicados em ambas as classes.

Os rituais funerários eram conduzidos em esferas tanto privadas quanto públicas, exigindo diversas práticas por parte dos vivos. No contexto privado, o corpo deveria ser lavado, vestido e exposto no *atrium* da residência, onde permanecia velado por familiares e amigos por um período que poderia se estender até sete dias. Esse processo marcava o início da dimensão pública do ritual, na qual o falecido era exibido para que todos pudessem prestar-lhe homenagens (Braga, 2015, p. 126). No entanto, no caso de indivíduos socialmente destacados, como senadores ou imperadores, os funerais eram projetados para serem espetáculos mais longos e memoráveis, que muitas vezes transmitiam mensagens políticas. A procissão pela

⁵⁹ Lei sagrada (tradução nossa).

⁶⁰ Direito privado (tradução nossa).

cidade, a exibição de símbolos da elite no coração de Roma e o discurso laudatório proferido no Fórum eram aspectos cruciais desse evento (Hope, 2007, p. 122).

No cortejo fúnebre, cujo percurso terminava na necrópole, participavam os familiares e uma série de indivíduos contratados para acompanhar o falecido. No caso dos representantes romanos, o corpo era levado com todo o respeito até a *rostra*⁶¹, onde geralmente era apoiado para que todos pudessem vê-lo, mas raramente era colocado no chão. A multidão se reunia ao redor para assistir, e um filho adulto, se pudesse estar presente, ou, se não, algum outro parente, fazia um discurso sobre as virtudes do falecido e os sucessos alcançados durante sua vida. Como resultado, tanto as elites quanto os setores sociais mais empobrecidos compartilhavam sentimentos semelhantes, de modo que a perda parecia não se restringir aos enlutados, mas sim ser uma perda pública que afetava o povo (Hope, 2007, p. 122).

Após o cortejo, e já na necrópole, realizava-se um conjunto de rituais com o objetivo final de deposição. Esses passos finais originaram as evidências materiais que refletem procedimentos ou ações comportamentais, caracterizando o que chamamos de práticas funerárias. No entanto, muitas dessas práticas não podem ser captadas pelo registro arqueológico, o que torna impossível a recuperação completa dos gestos e atitudes em relação à morte, como discursos, rezas e expressões emocionais (Braga, 2015, p. 127).

O funeral era, certamente, uma ocorrência dispendiosa, com os maiores custos frequentemente associados à contratação de profissionais especializados. Braga (2015, p. 127) evidencia que a dramatização da dor ficava a cargo das carpideiras, acompanhadas por músicos responsáveis por comunicar à comunidade o falecimento do indivíduo. As despesas aumentavam dependendo das aquisições, como o ataúde, a madeira para a pira, os incensos, as flores, os ramos de ciprestes, as vestimentas do falecido e a confecção da máscara funerária. Esses elementos demonstram que a realização completa dos rituais funerários não era acessível a todas as famílias. Assim, o funeral refletia o *status* social do falecido dentro de sua comunidade.

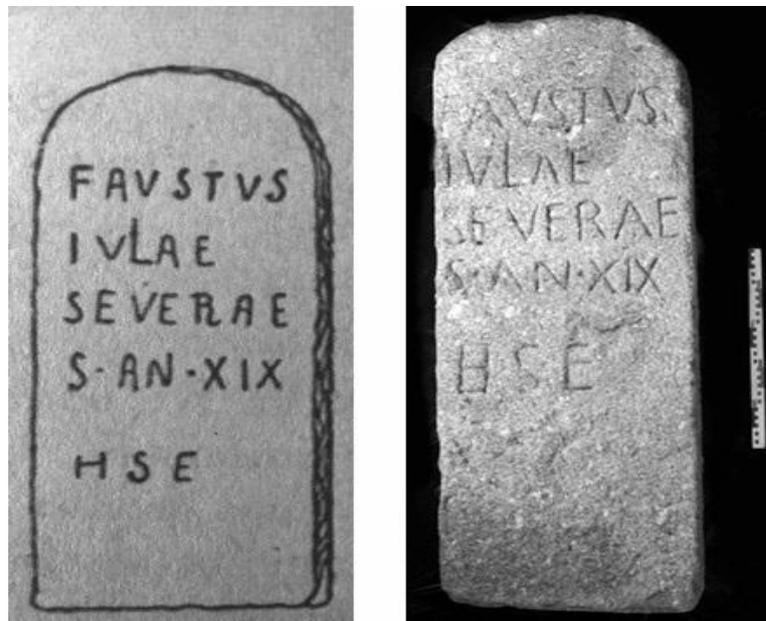
A documentação deixada pelo mundo romano declara que a deposição poderia ocorrer por meio da cremação ou da inumação. Ambas as práticas correspondem aos rituais da Roma republicana e do alto Império, indicando que a cremação não era um ritual exclusivo de um período específico. Os dois rituais coexistiram, sendo a escolha entre um ou outro influenciada por uma variedade de fatores, como tradições familiares, preferências pessoais e a popularidade de determinadas práticas funerárias na região de origem dos indivíduos. Em relação à

⁶¹ Segundo o Dicionário Latino-Português de Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (1927, p. 1045), o termo *rostra* refere-se à tribuna colocada na praça pública da qual os oradores proferiam seus discursos.

distribuição das sepulturas de inumação nos diversos espaços da necrópole de Braga, observa-se que cada núcleo apresenta características distintas (Braga, v. I, 2018, p. 414-418).

Os espaços fúnebres de *Bracara Augusta* são mencionados desde 1594, quando os geógrafos Georg Braun e Franz Hogenberg, ao elaborarem a primeira planta da cidade, identificaram áreas periféricas que se presume serem locais de enterramento romano. O “*Nova Bracarum Auguste descriptio*”, também conhecido como Mapa de Braunio, representa a mais antiga ilustração de Braga, encomendada pelo arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus⁶². Este mapa foi incorporado à obra “*Civitates Orbis Terrarum*”, também de Georg Braun, e publicado em Colônia, na Alemanha. Braga (v. I, 2018, p. 70) reitera essa informação ao afirmar que as primeiras referências escritas relativas aos elementos funerários nos espaços da necrópole de *Bracara Augusta* datam do século XVIII e são atribuídas a D. Jerónimo Contador de Argote, que documentou diversas estelas funerárias situadas nas proximidades da cidade. Essas descrições possibilitam a associação das inscrições epigráficas aos respectivos núcleos da necrópole.

Figura 14: Estela (e ilustração) proveniente de um alicerce do arco da Porta Nova, associada à necrópole da Via XVIII ou Via XIX.



Fonte: Braga, v. II, 2018, p. 284.

FAVSTVS / IV LI AE / SEVERAE / S(ervus)·AN(norum)·XIX / H(ic)·S(itus)·E(st).

⁶² D. Frei Agostinho de Jesus foi designado Arcebispo Primaz de Braga em 1587, tendo sua nomeação sido ratificada em 1588 pela bula *Divina disponente clementia*, expedida pelo Papa Sisto V. Ele permaneceu no exercício do cargo até seu falecimento, em 1609.

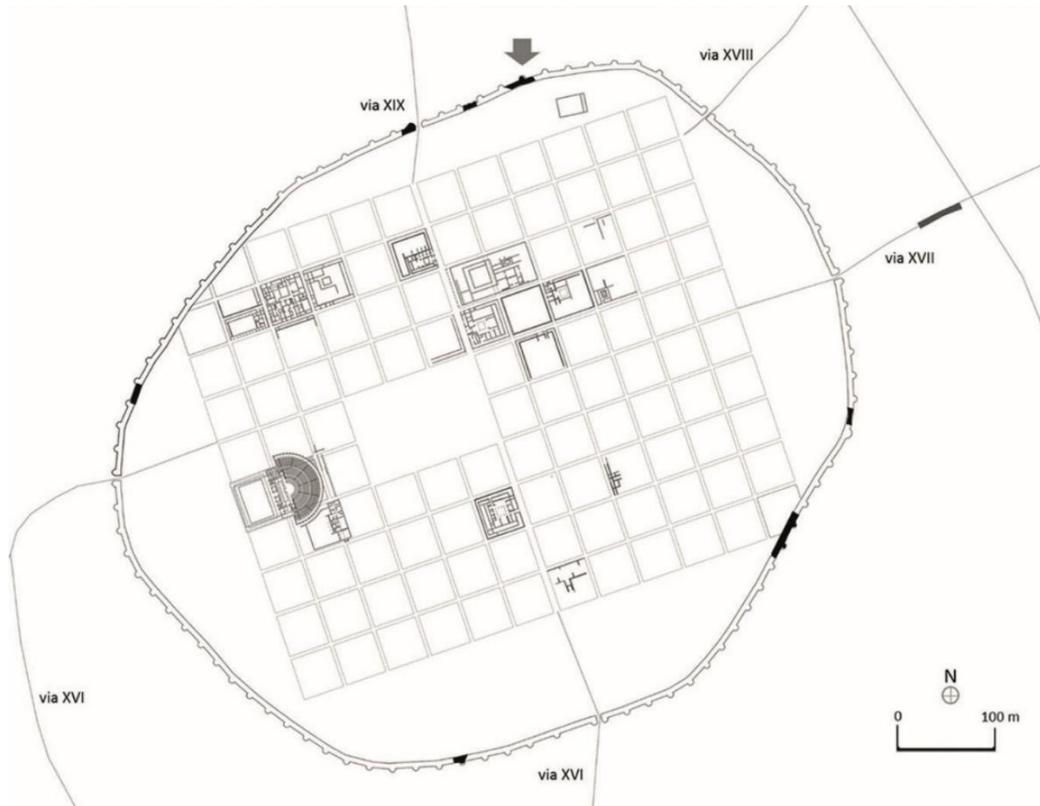
“Aqui jaz Faustus, escravo de Iulia Severa, de 19 anos” (Tradução Cristina Vilas Boas Braga).

Em *Bracara Augusta*, os locais de sepultamento encontram-se exclusivamente fora da área planejada da cidade, compondo a paisagem periférica adjacente à zona urbana e situando-se ao longo das vias que conectavam a cidade a outros centros urbanos da Hispânia (Martins et al., 2017, p. 268). Braga (v. I, 2018, p. 68) afirma que, até o momento, não foram encontrados vestígios funerários dentro da *urbe* antiga e, mesmo durante o período baixo-imperial e suevo-visigótico, não foram identificadas evidências de estruturas funerárias no interior da cidade. Assim, as necrópoles *bracaraugustanas* parecem seguir rigorosamente os limites urbanos, com as práticas funerárias restritas às áreas extramuros utilizadas por longos períodos.

Apesar dos contextos privilegiados para o estudo dos aspectos socioculturais, as necrópoles de *Bracara Augusta* apresentam desafios significativos para a intervenção. Em sua tese de doutorado, Braga (v. I, 2018, p. 494-495) aponta três principais dificuldades. A primeira refere-se ao fato de que muitas escavações em necrópoles romanas ou tardo-antigas não estão inseridas em projetos de pesquisa que permitam intervenções prolongadas, necessárias para uma escavação minuciosa dos contextos funerários, que diferem das intervenções de emergência ou de minimização de impactos. A segunda dificuldade comum é a prática de escavar apenas até os níveis onde se encontram as sepulturas, interrompendo-se ali o trabalho. No entanto, o aterro sobre o qual essas sepulturas estão dispostas também é relevante, pois permite identificar diferentes momentos de uso das áreas de enterramento e remete a distintos períodos cronológicos. A terceira limitação está relacionada ao fato de que muitas necrópoles urbanas são descobertas após intervenções que, intencionalmente ou não, já causaram a destruição de estruturas significativas. Tal circunstância afeta a compreensão dos processos de construção e uso de cada área sepulcral, impactando a reconstituição das paisagens funerárias e dificultando a compreensão das estratégias de gestão de cada espaço de enterramento.

Independentemente dos desafios de intervenção, os dados arqueológicos disponíveis atualmente permitem a identificação de seis necrópoles, resultado dos trabalhos arqueológicos realizados nas últimas décadas pelo “Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*” e da caracterização de numerosas inscrições descobertas gradualmente desde a Idade Moderna (Martins et al., 2017, p. 268). Esses espaços de enterramento, cujo conhecimento é desigual, já que conhecemos apenas alguns núcleos pontualmente escavados, estão agrupados em localizações associadas não apenas aos eixos viários principais que ligavam Braga a outras cidades da Hispânia, mas também às vias secundárias que partiam da *urbe*.

Mapa 3: Planta de *Bracara Augusta* no século IV.



Fonte: Martins; Magalhães, 2021, p. 421.

Braga (v. I, 2018, p. 85-350) aponta as seis necrópoles romanas através das seguintes nomenclaturas: 1. A necrópole da Via XVI; 2. A necrópole da Via XVII; 3. A necrópole da Via XVIII; 4. A necrópole da Via XIX; 5. A necrópole da Via XX; e 6. A necrópole da Via Braga-Tongóbriga. Ademais, devido à dificuldade de associar certos conjuntos de sepulturas às necrópoles da Via XVIII e da Via XIX, a autora institui os “espaços intermédios”, conjuntos funerários que foram atribuídos a um espaço interposto entre as duas vias:

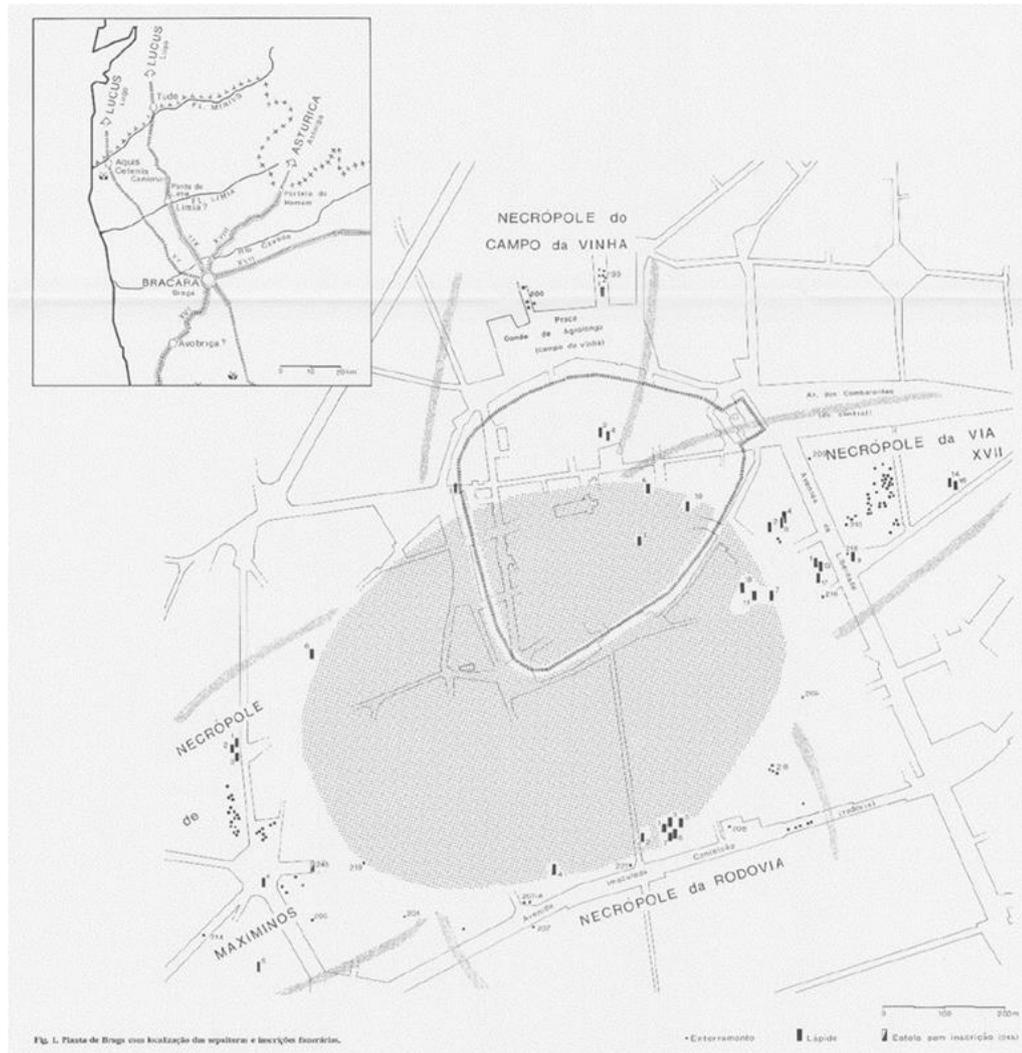
“A necrópole da Via XVI é mal conhecida, ao contrário da necrópole da Via XVII para a qual se possui um conjunto mais significativo de dados, resultante de um maior número de intervenções arqueológicas encontrando-se associada a 12 núcleos de enterramento. Já às necrópoles da Via XVIII e da Via XVI/XX apenas podemos atribuir, respetivamente, três e duas áreas de enterramento. Por sua vez, a necrópole da Via XIX apenas se encontra referenciada por um núcleo de enterramentos, enquanto a necrópole associada à Via secundária Bracara-Tongobriga é conhecida a partir de dois núcleos escavados. Na periferia norte da cidade romana foram ainda identificadas duas áreas de necrópole, cuja localização torna difícil determinar com rigor a sua associação a qualquer dos eixos viários conhecidos, situação semelhante àquela que

ocorre com uma área funerária localizada entre a Via XVIII e a ponte pela Via XIX.” (Braga, v. I, 2018, p. 84).

O estudo arqueológico das necrópoles *bracaraugustanas* teve início com as escavações na Rua do Caires, onde, por meio das intervenções arqueológicas realizadas em 1979, 1980 e 2000, foram identificadas várias sepulturas pertencentes à necrópole associada à Via XX. Ainda na década de 1980, uma série de sepulturas também foi descoberta e escavada em caráter emergencial na Rodovia, enquanto dois núcleos da necrópole vinculada à Via XVII foram igualmente escavados, com os resultados documentados por Manuela Delgado (Braga, v. I, 2018, p. 69-71). Entre as necrópoles romanas da região, a da Via XVII é a mais bem documentada, apresentando uma sequência estratigráfica precisa que permitiu a identificação de várias fases distintas de uso.

Destacamos que as denominações atribuídas às seis necrópoles romanas de *Bracara Augusta* variam conforme a interpretação dos estudiosos. Martins et al. (2017, p. 268) convergem com Braga ao afirmarem que, até o momento, seis necrópoles romanas foram identificadas na localidade: a necrópole de Maximinos, ativa entre os séculos I e III e possivelmente associada à via XX, revelou sepulturas com espólios relativamente modestos; a necrópole associada à via XVII, com um longo período de uso, que vai do Alto Império à Alta Idade Média, sugere atender a uma população urbana de *status* elevado; a necrópole de S. Lázaro, situada junto à via que conectava Braga a Mérida, revelou sepulturas de incineração típicas do período do Alto Império; a necrópole do Campo da Vinha, possivelmente relacionada à via XIX, permanece pouco estudada, assim como a necrópole da Rodovia, localizada próxima à saída da via XVI; e a necrópole da Avenida Central, com sepulturas identificadas em frente ao Banco de Portugal, estaria ligada à via Nova (via XVIII).

Mapa 4: Planta de Braga com localização das sepulturas e inscrições funerárias.



Fonte: Martins; Delgado, 1989-90, p. 48-49.

Até o presente momento, não há registro de um projeto de pesquisa em Portugal cujo foco seja o estudo aprofundado dos rituais funerários e de suas práticas, desde o período romano até o tardoantigo. Consequentemente, a bibliografia existente sobre o tema é majoritariamente composta por publicações que se concentram nos espaços de sepultamento descobertos por meio de ações ocasionais ou intervenções emergenciais. Embora os estudos derivados dessas descobertas sejam meritórios e essenciais, eles não transcendem a simples apresentação do espólio e a descrição dos tipos de sepulturas (Braga, v. I, 2018, p. 53). Observa-se, assim, uma lacuna significativa na produção acadêmica, que carece de trabalhos que articulem os indivíduos, os locais de sepultamento e uma análise evolutiva das práticas funerárias ao longo do tempo.

Braga (v. I, 2018, p. 49-70) ressalta que os estudos portugueses sobre o mundo funerário do período romano apresentam um considerável desfasamento em relação à investigação

realizada em outros países europeus. Embora exista um número significativo de trabalhos sobre a descoberta de diversas necrópoles romanas em Portugal, as abordagens predominantes concentram-se na inventariação dos espólios encontrados nas sepulturas, refletindo uma perspectiva historicista e tipológica. Até o momento, não há evidências que confirmem a presença de estruturas funerárias específicas no século XVI EC. No entanto, pode-se afirmar que esses espaços funerários permaneceram em ocupação contínua desde os últimos anos do século I EC até os séculos V a VII EC. O abandono das necrópoles de origem romana ocorre apenas nos séculos VI/VII EC, quando surgem as primeiras basílicas paleocristãs, situadas em áreas mais periféricas da cidade.

CONCLUSÃO

A interseção entre a Arqueologia Urbana e a Arqueologia Funerária proporciona uma perspectiva singular para a compreensão das transformações sociais, culturais e espaciais nas cidades contemporâneas. A morte, enquanto fenômeno cultural, é frequentemente abordada de maneira fragmentada, o que contribui para a desvalorização de sua presença no cotidiano urbano, nos espaços onde a vida é vivida e, eventualmente, perdida. Um exemplo dessa relação observa-se no fato de que, sempre que me dirijo à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para participar de minhas atividades acadêmicas, passo em frente ao cemitério Santo Antônio, situado na Avenida da Consolação.

Evidenciamos que o estudo dos espaços sepulcrais não apenas contribui para o aprofundamento do conhecimento acadêmico acerca da história local, mas também se configura como um importante recurso pedagógico e cultural, colaborando na preservação da memória histórica da cidade e na construção da identidade cultural da região. Embora a concepção contemporânea de necrópole não se alinhe às definições da Antiguidade, as inscrições funerárias, amplamente conhecidas como epitáfios, remetem à tradição latina e desempenham funções análogas às epígrafes inscritas nas estelas, ao expressarem de forma individualizada os valores relacionados à morte. Dessa forma, tanto nos cemitérios considerados “tradicionais” quanto nos denominados “cemitérios de novo tipo”, as inscrições não apenas se limitam a registrar os dados do falecido, mas também exaltam sua trajetória de vida e, sobretudo, revelam a dor da perda vivenciada pelos familiares, evidenciando uma clara intenção de manifestar o processo de luto.

Ademais, herdamos da tradição latina diversos outros elementos funerários que permeiam tanto as esferas privadas quanto públicas. Até tempos recentes, as vigílias e homenagens realizadas nas residências dos falecidos eram expressões que evidenciavam seu *status* social. A presença das carpideiras, que manifestavam o luto de forma intensa, sublinhava a importância do sofrimento no processo de despedida, ressaltando o papel dessas figuras como mediadoras emocionais e sociais nos rituais de luto.

Como fenômeno cultural, a morte foi moldada e reinterpretada ao longo da história. O conceito, profundamente enraizado nas tradições culturais, permanece em constante adaptação, refletindo transformações nos valores sociais, crenças e práticas cotidianas. O luto, que outrora era uma experiência comunitária, sofreu alterações significativas, uma vez que a contenção emocional passou a ser interpretada como um indicativo de dignidade e decoro social, em detrimento das expressões intensas de dor. Essa minimização do sofrimento, estimulada pelos

avanços médicos, distancia a sociedade da vivência plena da finitude e da vulnerabilidade inerente à morte. Dessa forma, a dor da perda tem se tornado uma vivência isolada, mediada por serviços que despersonalizam a relação com o luto.

A morte, como elemento central do imaginário coletivo, vai além da simples ideia de encerramento da vida física, marcando o início do processo de luto para os que ficam. Essa transição é facilitada por rituais que promovem a despedida e o contato com o corpo, permitindo que familiares e amigos assimilem a experiência da perda. Práticas como vigílias, procissões, velórios e funerais legitimam a ruptura da vida e criam um espaço propício à expressão coletiva do luto, evidenciando a construção social da morte, que varia ao longo da história e entre diferentes culturas.

No contexto do Império Romano, os rituais funerários eram realizados nas necrópoles, que serviam tanto para a celebração quanto para a preservação da memória do falecido. Localizadas nas periferias das cidades, essas áreas, em constante transformação, também funcionavam como espaços de convivência e sociabilidade, reforçando laços sociais e identidades coletivas.

A investigação das necrópoles de *Bracara Augusta* desempenha um papel fundamental na elucidação de aspectos socioculturais, históricos e arqueológicos da região durante os períodos romano e tardo-antigo. Os espaços funerários configuram-se como fontes primárias de dados sobre as práticas funerárias, refletindo crenças, rituais e as hierarquias sociais da população. A análise das sepulturas, considerando tanto os espólios funerários quanto as características estruturais, permite inferir o *status* social dos indivíduos sepultados, as variações nas práticas mortuárias ao longo do tempo e as transformações nas concepções religiosas e culturais. Ademais, a localização das necrópoles em relação aos eixos viários principais e secundários fornece indícios sobre a organização urbana da antiga Braga, evidenciando suas conexões com outras regiões da Hispânia. Tal configuração aponta não apenas para a mobilidade das populações, mas também para as dinâmicas de intercâmbio cultural e econômico que permeavam o território.

A partir de estudos Histórico-Arqueológicos, constata-se que, em períodos de conflito, como as Guerras Cantábricas, o aumento no número de soldados romanos mortos resultou em uma maior demanda pela terceirização do cuidado com os corpos, tarefa que frequentemente recaía sobre as mulheres. A elas era atribuída a responsabilidade pela limpeza e preparação dos corpos para o sepultamento, em consonância com a crença de que apenas aquelas que menstruavam seriam apropriadas para desempenhar essa função. Essa perspectiva reflete as dinâmicas da época e demonstra como as normas de gênero moldavam práticas sociais. Embora

o cuidado tenha sido historicamente associado à feminilidade, tal atribuição contribuiu para a marginalização das mulheres, limitando seus papéis na sociedade. Profissões vinculadas ao cuidado, como a enfermagem e os serviços funerários, permanecem majoritariamente femininas, evidenciando a persistência de estigmas de gênero e a percepção dessas ocupações como subordinadas dentro da hierarquia profissional.

Ao realizar um levantamento Histórico-Arqueológico das necrópoles de *Bracara Augusta*, buscamos contribuir para uma compreensão mais aprofundada das formas como as sociedades contemporâneas se relacionam com a morte, no contexto de suas dinâmicas urbanas. Além disso, procuramos analisar de que maneira os processos de lembrança e esquecimento são vivenciados e materializados tanto nas cidades quanto em seus arredores. O estudo, portanto, ressalta a influência das práticas culturais, religiosas e sociais contemporâneas na construção da memória urbana, destacando suas implicações nas políticas públicas, na preservação do patrimônio histórico e nas práticas de cuidado com os espaços de sepultamento.

A problemática dos estudos das necrópoles de *Bracara Augusta* está intrinsecamente vinculada às limitações impostas pelas metodologias de escavação e pela escassez de projetos de pesquisa abrangentes. Apesar de as seis principais necrópoles da cidade (Via XVI, Via XVII, Via XVIII, Via XIX, Via XX e a necrópole da Via Braga-Tongóbriga) representarem um recurso valioso para a compreensão da sociedade romana na região, os estudos enfrentam desafios significativos devido às intervenções emergenciais e à falta de continuidade nas investigações. Um dos principais obstáculos é a escavação realizada sem planejamento de longo prazo, o que frequentemente restringe a investigação a áreas limitadas, como as sepulturas, sem a consideração dos estratos que poderiam fornecer informações cruciais sobre a utilização desses espaços ao longo do tempo.

Ademais, o processo de destruição e danos causados a algumas dessas necrópoles por intervenções modernas prejudica ainda mais a análise das paisagens sepulcrais, dificultando a reconstrução das estratégias de gestão funerária e das transformações nos espaços ao longo das distintas fases temporais, do Alto Império à Alta Idade Média. A necrópole da Via XVII, embora seja a mais bem documentada, ainda enfrenta as limitações previamente mencionadas, com um número reduzido de estudos que integrem de maneira ampla os indivíduos e as práticas funerárias.

Por fim, o campo de estudo das necrópoles de *Bracara Augusta* padece de uma lacuna significativa na abordagem do universo funerário romano em Portugal. A pesquisa se concentra predominantemente na descrição tipológica dos achados funerários, sem um aprofundamento na análise dos indivíduos e das práticas funerárias ao longo do tempo, o que limita uma

compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, culturais e econômicas da antiga Braga. Dessa forma, a ausência de uma metodologia integrada e a carência de uma pesquisa mais sistemática sobre as necrópoles e suas interações com a sociedade romana local configuram uma problemática central para os estudos Histórico-Arqueológicos da região.

A ascensão do cristianismo trouxe uma nova concepção da morte, entendida como uma transição espiritual, enquanto a era moderna redefiniu os cemitérios como “campos santos”, com a gestão higiênica dos corpos visando evitar contágios. Na contemporaneidade, a morte tende a ser um processo terceirizado, com empresas funerárias controlando rituais e oferecendo pacotes de serviços que incluem o manejo do corpo e os preparativos para o enterro. Essa mudança reduz a responsabilidade direta da família e suaviza a presença do óbito, transformando a dor e o luto em mercadorias que seguem as normas de uma sociedade que busca distanciar-se da morte.

Assim, a morte, que historicamente faz parte da experiência humana, enfrenta o desafio de ser compreendida e vivida em um mundo que prioriza a eficiência em detrimento da ritualidade e da conexão emocional. Essa evolução reflete uma transformação cultural que, ao buscar controle sobre a dor, distancia os indivíduos da experiência visceral dos processos da perda. Ignorar o sofrimento associado à morte pode desumanizar as experiências de luto, reduzindo-as a meros trâmites burocráticos. Portanto, o desafio contemporâneo, que pode ser auxiliado pela História e Arqueologia, reside em equilibrar a necessidade de cuidados práticos com a importância dos rituais que homenageiam a memória dos que partiram, permitindo que a experiência da morte seja vivida de forma significativa e autêntica.

REFERÊNCIAS

Documentação:

A Lei das XII tábuas: fonte do direito público e privado. Tradução: Silvio A.B. Meira. 3ª edição. Rio de Janeiro, Forense, 1961.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente:** da Idade Média aos nossos dias. Tradução: Priscila Viana de Siqueira. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador.** Tradução: André Telles. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUN, Georg. **Civitates Orbis Terrarum.** Colônia, Alemanha: Da Real Bibliotheca, 1594-1622 (?).

CÍCERO, Marcos Túlio. **Discussões Tusculanas.** Tradução: Bruno Fregni Bassetto. 4ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.

SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. **Novíssimo dicionário latino-português:** etimológico, prosódico histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc. 9ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1927.

SÊNECA, Lucius Annaeus. **Cartas de um Estoico:** Volume II - Um guia para a Vida Feliz. Tradução: Alexandre Pires Vieira. São Paulo, Montecristo Editora, 2017.

Bibliografia:

ALVES, Francisco J. S.; LEMOS, Francisco Sande; NUNES, Henrique Barreto; OLIVEIRA, Eduardo Pires de. **O salvamento de *Bracara Augusta*:** 1 - O campo arqueológico da Universidade do Minho (Braga): Breve história, organização e objectivos. Braga, Portugal, 1979, p. 416-423.

BRAGA, Cristina Vilas Boas. Entre a vida e a morte: rituais funerários e espaços sepulcrais em *Bracara Augusta*. In: SILVA, Gilvan Ventura da (org.). **Cotidiano e sociabilidades no Império Romano.** Vitória: GM, 2015, p. 124-139.

BRAGA, Cristina Vilas Boas. **Morte, memória e identidade. Uma análise das práticas funerárias de *Bracara Augusta*:** Volume I - Texto. Braga: Universidade do Minho/Instituto de Ciências Sociais, 2018. 615 p.

- BRAGA, Cristina Vilas Boas. **Morte, memória e identidade. Uma análise das práticas funerárias de *Bracara Augusta***: Volume II - Apêndices, fichas e anexos. Braga: Universidade do Minho/Instituto de Ciências Sociais, 2018. 645 p.
- CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **A estrutura de atitudes e referências do imperialismo romano em Sagunto (II a.C. - I d.C.)**. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2014. 242 p.
- CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Epigrafia e inscrições honoríficas augustanas: Reflexões metodológicas e proposta de tradução. *In*: ASSUMPÇÃO, Luis Filipe Bantim de et al (org.). **Encontros transatlânticos: diálogos Interinstitucionais em História, Patrimônio Cultural e Educação**. Vassouras: Universidade de Vassouras, 2023, p. 145- 164.
- CHILDE, Gordon. **Introdução a Arqueologia**. Tradução: Jorge Borges de Macedo. Lisboa, Portugal: Publicações Europa-América, 1987.
- DELGADO, Manuela; MARTINS, Manuela; LEMOS, Francisco Sande. Separata de: **Revista Fórum**, Braga, Portugal, n. 6, out., 1989, p. 3-39.
- ENCARNAÇÃO, José d'. **Introdução ao estudo da epigrafia latina**. 4ª ed. Coimbra, Portugal: Faculdade de Letras/Departamento de História, Arqueologia e Artes/Secção de Arqueologia, Instituto de Arqueologia, 2013.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.
- GIESTAL, Carlos Dantas. **Sistema de informação geográfica para a arqueologia urbana: o caso de *Bracara Augusta***. Braga: Universidade do Minho, 1998. 160 p.
- HOPE, Valerie. ***Death in Ancient Rome: A Sourcebook***. 1ª ed. Londres, Reino Unido: Routledge, 2007.
- MAGALHÃES, Fernanda; MARTINS, Manuela. Entre os espaços e os homens: reconstrução do quotidiano doméstico no Noroeste Peninsular. Separata de: **As Cidades na História: Sociedade (II Congresso Histórico Internacional)**, Guimarães, Portugal, 2017, p. 195-217.
- MAGALHÃES, Fernanda Eugénia Puga de. **A *domus* romana no NO Peninsular**. Arquitetura, construção e sociabilidades. Braga: Universidade do Minho, 2019. 480 p.
- MAGALHÃES, Fernanda; RUELA, Letícia; FERNANDES, Lara. Das ruas aos espaços: uma análise arqueológica da urbanização de *Bracara Augusta*. *In*: SILVA, Gilvan Ventura da; FURLANI, João Carlos (org.). **Espaço, representação e poder no mundo romano**. Vitória: Antíteses, 2024, p. 215-240.
- MAGALHÃES, Fernanda. Arquitetura doméstica em *Bracara Augusta*. Separata de: **Interconexões - Revista de Ciências Sociais**, Lisboa, Portugal, v. 1, n. 1, 2013, p. 13-30.

- MARTINS, Manuela; CARVALHO, Helena. A fundação de *Bracara Augusta* no contexto da política de Augusto. Urbanismo e povoamento rural. Separata de: **Gerión**, Madri, Espanha, 2017, v. 35, n. esp., p. 723-743.
- MARTINS, Manuela; DELGADO, Manuela. As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os dados arqueológicos. Separata de: **Revista Cadernos de Arqueologia**, s. II, v. 6-7, 1989-90, p. 41-186.
- MARTINS, Manuela; LEMOS, Francisco Sande. Separata de: **Revista Fórum**, Braga, Portugal, n. 23, jan./jun., 1998, p. 117-143.
- MARTINS, Manuela; MAGALHÃES, Fernanda. *Bracara Augusta*. In: BASARRATE, Trinidad Nogales (org.). *Ciudades Romanas de Hispania Cities of Roman Hispania*. Roma, Italia: *L'Erma di Bretschneider*, 2021, p. 413-425.
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo. A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades. Separata de: **Revista Fórum**, Braga, Portugal, n. 44-45, 2009/2010, p. 149-177.
- MARTINS, Manuela et al. O espaço construído de *Bracara Augusta* no Alto Império. In: CAINZOS, Dolores Dopico; ACUNA, Manuel Villanueva (org.). *In Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no Noroeste: novas perspectivas Philtáte nº 2*. Lugo, Espanha: Deputación Provincial de Lugo, 2017, p. 251-274.
- MARTINS, Manuela; MAGALHÃES, Fernanda; BOTICA, Natália. O urbanismo fundacional de *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*. In: CAINZOS, Dolores Dopico; ACUNA, Manuel Villanueva (org.). *Sine iniuria in pace vivatur: A construción do Imperio durante os xulio-claudios Philtáte nº 3*. Lugo, Espanha: Deputación Provincial de Lugo, 2018, p. 345-435.
- MARTINS, Manuela. Projeto de *Bracara Augusta*. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana. Separata de: **Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património**, v. XIII, Porto, Portugal, 2014, p. 159-169.
- MARTINS, Manuela. Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana. In: **Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del Occidente europeo. Estudios Arqueológicos**. Tarragona, Espanha: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2004, p. 149-173.
- MELO, Àrife Amaral. “És o que fomos, serás o que somos”: o processo de resignificação dos espaços cemiteriais e das práticas funerárias. Marília: Unesp/FFC, 2019. 168 p.
- PEIXOTO, Pedro Vieira da Silva. Por uma arqueologia dos vestígios funerários do passado: contribuições, práticas e caminhos possíveis. Separata de: **Revista M.**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, jul./dez., 2018, p. 232-262.

RAMAZZINA, Adriana. Estrutura social e organização espacial de necrópoles: aspectos teórico metodológicos no estudo arqueológico de vestígios funerários - uma revisão bibliográfica. Separata de: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, s. 12, 2011, p. 81-109.

RIBEIRO, Jorge Manuel Pinto. **Arquitectura romana em Bracara Augusta**: uma análise das técnicas edilícias. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2015.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

RODRÍGUEZ, José Remesal. *Aspectos legales del mundo funerario romano*. Separata de: **Espacios y usos funerarios en el Occidente romano: Actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba**, Córdoba, Espanha, v. 1, 2002, p. 369-378.

ROUX, Patrick Le. *Bracara Augusta, ville latine*. Separata de: **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**: 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, Portugal, v. 34, f. 3-4, 1993, p. 229-241.

SILVA, Filipe Noé da. A contribuição da epigrafia para o estudo dos libertos romanos. In: OLIVEIRA, Jorge Eremites de; CAMPOS, Juliano Bitencourt; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org.). **Arqueologia**: temáticas e perspectivas teórico-metodológicos de pesquisa 2. Ponta Grossa: Atena, 2022, p. 123-135.